

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO
POLLYANNA SITONIO DOMINGOS DE ANDARDE

*O sentido da preservação da Cruz do Patrão:
Recomendações para intervenção*

Recife
Dezembro - 2010



FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO
POLLYANNA SITORIO DOMINGOS DE ANDRADE

**O SENTIDO DA PRESERVAÇÃO DA CRUZ DO PATRÃO:
RECOMENDAÇÕES PARA INTERVENÇÃO**

RECIFE
DEZEMBRO DE 2012

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO
POLLYANNA SITONIO DOMINGOS DE ANDRADE

O SENTIDO DA PRESERVAÇÃO DA CRUZ DO PATRÃO: RECOMENDAÇÕES PARA INTERVENÇÃO

Trabalho apresentado à Faculdade Damas da Instrução Cristã como parte dos requisitos para a conclusão do Curso de Arquitetura e Urbanismo sob a orientação do Professor José Eduardo de Moura.

RECIFE
DEZEMBRO DE 2012

Andrade, P. S. D.

O sentido para preservação da Cruz do Patrão: recomendações para intervenção. / Pollyanna Sítio Domingos de Andrade. O Autor, 2013.

105 folhas.

Orientador: Prof^o José Eduardo de Moura

Monografia (graduação) – Arquitetura e Urbanismo - Faculdade Damas da Instrução Cristã. Trabalho de conclusão de curso, 2013.

Inclui bibliografia.

1. Arquitetura 2. Patrimônio 3. Preservação 4. Gestão.

725 CDU (2^aed.)

720 CDD (22^a ed.)

Faculdade Damas

TCC 2013-177

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é resultado de uma busca por respostas do descaso com o nosso patrimônio histórico, paixão que se tornou ainda mais intensa no decorrer do curso de arquitetura, pela oportunidade de convívio e aprendizado com pessoas que compartilham do mesmo pensamento de valorização da nossa cultura material e imaterial.

Agradeço primeiramente a Deus, que me deu saúde, perseverança, sabedoria e discernimento para saber escolher os caminhos certos e as tomar as decisões que levariam a alcançar meus objetivos.

Aos meus pais, Rilda e Diógenes, que sempre me entenderam e apoiaram as minhas decisões, acreditando que seriam sempre para o meu bem e a minha realização pessoal e profissional. Aos meus irmãos Diógenes Neto e Atila, que sempre torceram para o sucesso do cumprimento de mais uma etapa da minha vida.

Aos professores que tive ao longo do curso na Faupe, Roberto Salomão, Ana Maria Maciel, Múcio Jucá, entre outros que me fizeram enxergar a arquitetura sob várias óticas e amadurecer profissionalmente e como pessoa, sempre um pouco mais. Também aos que me acolheram na Faculdade Damas, Mércia Carrera, Fátima Almeida e Ana Ramalho que me fizeram ter um outro olhar sobre a academia. Em especial ao meu orientador, Eduardo Moura, com quem pude contar nos momentos mais difíceis, tanto na Faupe, como na Faculdade Damas, sempre acreditando no meu potencial, e que hoje tenho o prazer de contar com a sua confiança e sua amizade.

A Fundação Seridó, que disponibilizou seu acervo para esta pesquisa.

E aos meus colegas de curso, em especial à minhas amigas Virgínia Rezende, Dudinha Figueira, Dudinha Moscoso, Rafaela Basto e Márcia Alves, pelos nossos trabalhos desenvolvidos e pela amizade construída ao longo da faculdade.

E agradeço a todos que direta ou indiretamente colaboraram com a elaboração do meu Trabalho de Graduação e do cumprimento de mais esta etapa.

*Ecoam gritos eternos na
Vastidão das noites e do mar.
Gritos de dor lancinante,
tão fortes que trepassam os
arrecifes, as almas e emitem
sons quase selvagens.
São lamentos de negros
sem o sonho da liberdade,
feridos de saudades e de morte.
Submissos à espera do senhorio
estão os filhos da vida sem vida,
confinados na Cruz do Patrão,
onde o tempo não sepulta a lenda
e a injustiça ainda açoita os insepultos,
escravos-fantasmas...*

*Robson Sampaio
Eu Sou Capibaribe Poemas*

RESUMO

A partir da busca pelo sentido da preservação da Cruz do Patrão para recomendações de intervenções para o monumento sob a perspectiva da Conservação Urbana Integrada, este trabalho levantou as questões sobre o patrimônio e sua preservação. Foi feito um levantamento de todas as ações realizadas ao longo do tempo na área onde o monumento está inserido, analisando as questões dos interesses e de motivações para essas ações em diferentes períodos de gestão da Prefeitura do Recife e do Governo do Estado de Pernambuco. Pode-se identificar o sentido da preservação do monumento a partir dos diversos olhares do conjunto de atores envolvidos e propor recomendações para intervenção na área. Entende-se que o atendimento às expectativas dependem de fatores como mecanismos de gestão pública e questões econômicas e financeiras que merecem a continuidade das pesquisas.

Palavras-chaves: Patrimônio; preservação; gestão.

ABSTRACT

From the search for the meaning of the Cruz do Patrão preservation to make recommendations for interventions in the monument under the Integrated Urban Conservation perspective, this work looked for the issues about heritage and its preservation. A survey was made to all the actions done over time in the area where the monument is located, examining the issues of interests and motivations for these actions in different periods of management of the Municipality of Recife and the Government of the State of Pernambuco. Was identified the meaning of preservation of the monument from the various looks of the set of actors involved and was propose recommendations for intervention in the area. It's understood that the attendance of the expectations depend on factors such as mechanisms of governance and economic and financial issues that merit could continue being studied.

Key-words: Heritage; preservation; governance.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1:	Vista da Cruz do Patrão.	27
FIGURA 2:	Detalhamento da coluna do monumento denominado Cruz do Patrão, elaborado pela Administração do Porto do Recife em 1973.....	28
FIGURA 3:	Localização do terreno no Bairro do Recife – Data da imagem: 25/11/2009 .	29
FIGURA 4:	Acesso ao terreno da Cruz do Patrão - Data da imagem: 25/11/2009.....	30
FIGURA 5:	Terreno da Cruz do Patrão com a localização da construção da mesma – Data da imagem: 25/11/2009	30
FIGURA 6:	Entrada do terreno a partir da Rua Ascânio Peixoto.....	31
FIGURA 7:	Vista do acesso pelo passeio às margens do rio Beberibe.....	31
FIGURA 8:	Edificações tombadas e de interesse de preservação no Bairro do Recife ...	33
FIGURA 9:	Carta geográfica denominada “Carta da Costa Leste do Brasil, entre a Vila do Olinda e o Paço Figueira”, publicada no apógrafo do sargento-mor Diogo de Campos Moreno, Livro que dá razão do estado do Brasil (1618)...	36
FIGURA 10:	“Planta e plano da villa de Santo Antonio do Recife Pernambuco”. Do original, Padre Jose Caetano,1759. Original manuscrito do Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro. (Nestor Goulart. Vilas e Cidades do Brasil Colonial).....	36
FIGURA 11:	A Cruz do Patrão em paisagem aquarelada do início do século XX; o monumento é o mesmo dos nossos dias; na imagem aparece o forte do Buraco, a Cruz do Patrão e a paisagem de Olinda no fundo.....	37
FIGURA 12:	A Cruz do Patrão antes da construção do porto.....	38
FIGURA 13:	Ritual inicial de pedido e autorização aos eguns, quando do início das escavações.....	41
FIGURA 14:	Ritual realizado quando foram encontrados ossos humanos.	42
FIGURA 15:	Vista da Cruz do Patrão – a vegetação cobrindo toda a pavimentação e o gradil de ferro.....	43
FIGURA 16:	Mapa da configuração espacial do Bairro do Recife no PRBR	48
FIGURA 17:	Mapa de Setorização do Bairro do Recife na ZEPH-09.....	51
FIGURA 18:	Recorte do Jornal do Commercio de 22 de novembro de 1998.....	53

FIGURA 19:	Recorte do Jornal do Commercio de 08 de outubro de 1999.	54
FIGURA 20:	Recorte do Jornal do Commercio de 09 de abril de 2002.	57
FIGURA 21:	Superfície corroída e com existência de impurezas em todo o seu conteúdo	58
FIGURA 22:	Rachaduras em partes do contorno da coluna.	58
FIGURA 23:	Impurezas na superfície da cruz.	58
FIGURA 24:	Impurezas, rachaduras e perda de material no capitel da coluna.	58
FIGURA 25:	Rachaduras e perda de material em partes da base da coluna.	58
FIGURA 26:	Restauração executada da recomposição da base da coluna.	58
FIGURA 27:	Rachaduras e perda de material em partes do contorno da coluna.	59
FIGURA 28:	Rachaduras em partes do contorno e da base da coluna.	59
FIGURA 29:	Rachaduras e perda de material em partes da base da coluna.	59
FIGURA 30:	Rachaduras e perda de material em partes da base da coluna.	59
FIGURA 31:	Parasitas vegetais na superfície da pavimentação e oxidação e perda de coloração na superfície do gradil.	59
FIGURA 32:	Parasitas vegetais na superfície da pavimentação e oxidação e perda de coloração e de material do gradil.	59
FIGURA 33:	Referências Urbanas do Projeto Recife-Olinda.	63
FIGURA 34:	Plano com zonas e setores do Projeto Recife-Olinda.	64
FIGURA 35:	Fotografia aérea do Setor 03 – Porto do Recife do Projeto Recife-Olinda.	65
FIGURA 36:	Projeto Urbanístico do Setor 03 – Porto do Recife do Projeto Recife-Olinda.	65
FIGURA 37:	Maquete eletrônica do Projeto Urbanístico do Setor 03 – Porto do Recife do Projeto Recife-Olinda.	66
FIGURA 38:	Imagem do início das obras de Restauração da Igreja do Pilar.	67
FIGURA 39:	Imagens da Igreja do Pilar restaurada.	68
FIGURA 40:	Escavações arqueológicas na Cruz do Patrão.	70
FIGURA 41:	Imagens das obras de na Comunidade do Pilar.	71
FIGURA 42:	Imagens preliminares do reestudo para a Cruz do Patrão.	72

FIGURA 43: Imagens de uma das obras concluídas do Projeto Porto Novo - Central de Artesanato de Pernambuco.....	75
FIGURA 44: Imagens das obras de construção do Projeto Porto Novo - parte do Cais do Sertão Luiz Gonzaga.	75
FIGURA 45: Imagem com delimitação da área da Cruz do Patrão e de instalação da empresa.....	77
FIGURA 46: Imagem da área em setembro de 2009.....	77
FIGURA 47: Imagem da área em novembro de 2012, com o muro de delimitação da empresa.....	78
FIGURA 48: Imagem da entrada do terreno em novembro de 2012, com a área reduzida.....	78
FIGURA 49: Linha do tempo das intervenções urbanas no Bairro do Recife e na Cruz do Patrão.	81
FIGURA 50: Detalhe da Planta das cidades do Recife, Olinda e seus arrabaldes, Lobo, Ildefonso Ilidio de Souza – Séc. XIX, com a indicação do alinhamento da boca da barra grande com a Cruz do Patrão e a Igreja de Santo Amaro das Salinas (adaptada pela autora).	83
FIGURA 51: Exemplo de proposta para roteiro náutico para o Bairro do Recife.....	88
FIGURA 52: Exemplo de barco com oferendas para Iemanjá (Painéis de Iemanjá).....	89
FIGURA 53: Ogans do Sítio de Pai Adão, tocando os Ilús.	90
FIGURA 54: .Exemplo de comida feita por ialorixás e iabasses de terreiros do Estado	91

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Quadro resumo das atividades realizadas por gestão.....	79
QUADRO 2 - Quadro resumo de recomendações	93

LISTA DE SIGLAS

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BNB – Banco do Nordeste

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Social

CDI – Comitê para Democratização da Informática

CI – Conservação Integrada

CTC – Centro de Trabalho e Cultura

CHESF – Companhia Hidroelétrica do São Francisco

ELETROBRAS – Centrais Elétricas Brasileiras S/A

EMLURB – Empresa de manutenção e Limpeza Urbana

ICOMOS – Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

PCR – Prefeitura da Cidade do Recife

PRODETUR – Programa de Desenvolvimento do Turismo

PRUISCP – Programa de Requalificação Urbanística e Inclusão Social da Comunidade do Pilar

RPA – Região Política Administrativa

SIC – Setor de Intervenção Controlada

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

URB – Empresa de Urbanização do Recife

ZEPH – Zona Especial de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural

ZET – Zona Especial de Turismo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1. PATRIMÔNIO E SOCIEDADE.....	13
1.1. O PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL E IMATERIAL	13
1.2. DO CONCEITO DA PRESERVAÇÃO DO MONUMENTO À CONSERVAÇÃO URBANA INTEGRADA.....	16
1.3. A INCLUSÃO DO PATRIMÔNIO COMO FATOR TURÍSTICO.....	25
CAPÍTULO 2. A CRUZ DO PATRÃO: O BEM E SEUS SIGNIFICADOS	27
2.1. A MATERIALIDADE DO BEM.....	27
2.1.1. Pesquisa iconográfica, cartográfica e histórica.....	34
2.2. A IMATERIALIDADE DO BEM.....	38
2.2.1. O monumento para a Cultura Afro-brasileira	40
CAPÍTULO 3. OS DIVERSOS OLHARES SOBRE A CRUZ DO PATRÃO	44
3.1. ANTECEDENTES.....	44
3.2. AS INTERVENÇÕES PLANEJADAS	45
CAPÍTULO 4. O SENTIDO DA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO - RECOMENDAÇÕES PARA INTERVENÇÃO.....	82
4.1. O SENTIDO DA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO.....	82
4.2. RECOMENDAÇÕES PARA INTERVENÇÃO	86
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	95
REFERÊNCIAS	97
APÊNDICES.....	105

Introdução



INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende discutir o sentido da preservação da Cruz do Patrão, considerando a perspectiva da Conservação Integrada a partir dos interesses da preservação do patrimônio.

Com este enfoque, se observa uma discriminação na valorização da cultura material histórica: o interesse nas práticas de conservação se dá quase que exclusivamente em relação aos vestígios considerados de elite. Os vestígios indígenas, afro-brasileiros e das populações mais humildes apesar de terem o seu reconhecimento, ainda são pouco valorizados (FUNARI, 2011).

A ideia de modernizar os espaços urbanos surgiu no século XIX, através da destruição do patrimônio deixado por gerações passadas, e fez com que a humanidade perdesse muito de seu patrimônio físico e conseqüentemente, sua história. Havia um pensamento geral das pessoas da época de que o progresso seria obtido eliminando o passado. Não existia uma preocupação em preservar o patrimônio, apenas construir uma cidade adequada à nova vida moderna.

A preocupação com a preservação do patrimônio começou a surgir no final do século XIX. Nesta época, apenas o patrimônio físico era alvo da preservação. No século XX, a cidade ganha atenção especial como elemento fundamental na preservação do patrimônio e então não só o objeto físico possuiria importância. Em meados do século XX, ocorre uma mudança no pensamento relacionado à atitude preservacionista, que se fundamenta agora na promoção do desenvolvimento socioeconômico e à Conservação Urbana Integrada. Passa a se dar importância além da proteção do patrimônio histórico, na continuidade de uma cultura e na sustentabilidade¹. Essa preservação passa a ser tarefa de toda a comunidade, embora de responsabilidade direta e própria do Poder Público.

¹ O desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades (CECI, 2012)

A Cruz do Patrão é um marco formado por uma coluna de ordem dórica, com uma pinha facetada no capitel e acima uma cruz que foi construída no século XVII em meio ao istmo que ligava Recife a Olinda. Está situada em um terreno de propriedade da União, dentro do Porto do Recife, o que por muito tempo dificultou o acesso ao monumento. Tem sofrido ao longo de sua existência um processo de descaso por parte do poder público. Isso levou a uma degradação do monumento e do espaço público o que conseqüentemente constitui um fator de exclusão que contribui, ainda mais, para o abandono do local e o desconhecimento da população sobre a existência do monumento.

Foi construído, como marco de navegação, provavelmente o único existente no Brasil desse tipo, para os navios que atracavam no porto, sendo hoje, o mais antigo monumento do Recife. No entanto, sua maior importância para os dias atuais se dá pela relevância que o local tem para os afro-brasileiros, uma vez que o local era de espancamento e enterramento de escravos e, por isso vem sendo há muito tempo local de culto para essa comunidade (RAMOS, 2008).

Apesar dessa importância do monumento, tanto sob o aspecto material como imaterial, o bem não se encontra sob nenhuma forma legal de proteção, correndo o risco de desaparecer de seu local de origem.

O objetivo geral do presente trabalho é identificar o sentido da preservação do monumento e indicar um conjunto de recomendações para intervenções para a área do monumento da Cruz do Patrão, partindo da lógica da Conservação Integrada.

A intenção é que a área seja preparada para receber o público em geral, integrando o roteiro turístico-cultural da cidade, e, quando esta preparação for ser executada, seja feita levando em consideração os elementos da cultura material, e também da cultura imaterial, de acordo com o olhar da comunidade afro-brasileira.

Os objetivos específicos são: fazer um resgate histórico do estado do monumento e analisar os diversos olhares que existem sobre o mesmo e identificar o sentido da preservação para a sociedade.

Para tanto, mostrou-se necessário o conhecimento de conceitos e proposições básicas acerca do patrimônio e da revitalização e uso correto dos ambientes

históricos. Através de pesquisas realizadas sobre a indicação, delimitação e classificação dos componentes a serem conservados, restaurados, valorizados e apropriadamente utilizados e considerando os valores presentes na área em estudo, pode-se caracterizar a vocação turístico-cultural que a mesma possui.

Para a elaboração do presente trabalho foi adotada uma metodologia que englobou três etapas:

A primeira etapa trata da pesquisa bibliográfica a partir de livros, teses, artigos e sites. Esta pesquisa serviu de base para a conceituação de patrimônio e para o conhecimento sobre a preocupação com a preservação e tem por objetivo iniciar a identificação do objeto de estudo, além de identificar os diversos olhares sobre o bem.

Na segunda etapa procede-se à pesquisa de campo, com visita ao local para levantamento físico e fotográfico, entrevistas com historiadores e com a comunidade afro-brasileira. O objetivo desta etapa foi complementar a identificação do objeto de estudo e coletar as informações para a identificação do sentido da preservação para as comunidades.

Na terceira e última etapa foi realizada a análise das informações coletadas e elaboração de um conjunto de recomendações para intervenção na área da Cruz do Patrão.

Este trabalho está dividido em quatro capítulos. O primeiro trata da questão patrimonial e sua relação com a sociedade e a preservação. O segundo apresenta a Cruz do Patrão como objeto de estudo deste trabalho e seus significados para a sociedade. O terceiro capítulo traz uma análise dos diversos olhares existentes sobre o patrimônio com o levantamento de todas as ações realizadas ao longo do tempo e como o monumento foi tratado. E por fim, no quarto capítulo são apresentados o sentido da preservação do monumento para o conjunto de atores envolvidos e as recomendações a serem seguidas pelos projetos que visem alguma intervenção na área do monumento.

Patrimônio e sociedade



CAPÍTULO 1. PATRIMÔNIO E SOCIEDADE

Este capítulo abordará as questões a respeito do que é o patrimônio e sua preservação, com os teóricos que tratam sobre o tema e as discussões existentes, as formas de intervenção em áreas de monumentos históricos, e a integração do patrimônio histórico na vida da sociedade local.

1.1. O PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL E IMATERIAL

Para uma compreensão rápida, e dada a complexidade do tema, apresenta-se objetivamente algumas definições.

Em relação ao patrimônio: do latim *patrimonium*, se refere à propriedade herdada dos pais ou antepassados, uma herança, assim como em inglês, *heritage*, aquilo que foi ou pode ser herdado (FUNARI, 2001).

Cultura, em sua dimensão antropológica, de acordo com o dicionário Aurélio, é:

O conjunto complexo dos códigos e padrões que regulam a ação humana individual e coletiva, tal como se desenvolvem em uma sociedade ou grupo específico, e que se manifestam em praticamente todos os aspectos da vida: modos de sobrevivência, normas de comportamento, crenças, instituições, valores espirituais, criações materiais, etc. (FERREIRA, 1999 p. 591).

Desta forma pode-se considerar o patrimônio cultural como o conjunto de heranças, tanto no aspecto material, como no aspecto imaterial, que pelo seu valor próprio podem ser considerados relevantes para a permanência e identidade da cultura de um povo (FUNDARPE, 2012).

Nos dias atuais, considera-se como patrimônio material, os bens imóveis, como edificações, conjuntos urbanos e sítios arqueológicos e paisagísticos e bens móveis, como pinturas, esculturas, vestígios arqueológicos e paleontológicos, etc. São bens que se pode tocar, podem ser guardados, preservados e restaurados (IPHAN, 2012).

O patrimônio imaterial, são as formas de expressão, modos de criar, fazer e viver. Só é percebida pela manifestação do homem. Segundo a Unesco, o patrimônio cultural imaterial, é composto por:

as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural (UNESCO,2012).

Esses últimos conceitos que se consegue definir nos dias de hoje, são na realidade, fruto de uma evolução do conceito de patrimônio histórico e de monumento e monumento histórico que vem desde o século XIX.

Em 1837, quando foi criada a primeira comissão de monumentos históricos na França, as três categorias existentes eram de remanescentes da antiguidade, edifícios religiosos e castelos. Mesmo depois de segunda Guerra, essa tipologia não mudou, alterando apenas a sua quantidade. Provinham geralmente da arqueologia, e da história da arte erudita. Posteriormente, outras formas de construir, de todas as categorias e tipos, as denominadas arquitetura menor², vernacular³ e industrial⁴, também foram incorporados, compreendendo também os aglomerados de edificações e a malha urbana (conjuntos de casas, bairros, aldeias e cidades inteiras e até conjuntos de cidades). Depois a noção de monumento histórico ultrapassa as linhas da Europa chegando aos Estados Unidos e ao Oriente (onde havia uma tradição diferente em relação à conservação e uso de seus monumentos).

A partir da década de 1930, a discussão passou a ser em âmbito mundial, principalmente no que se refere a práticas de conservação e restauração, passando sempre por uma adaptação ao pensamento de seu tempo. Na França existia a tradição da destruição construtiva e da modernização, porém existiam alguns teóricos que discordavam disto, que pregavam a conservação em favor dos valores

² Construções privadas não monumentais, construídas sem a cooperação de arquitetos (CHOAY, 2006).

³ Edifícios marcadamente locais (CHOAY, 2006).

⁴ Arquitetura das usinas, das estações e dos altos fornos, reconhecida pelos ingleses (CHOAY, 2006).

científicos, estéticos, morais, sociais e urbanos, necessitando uma análise e a avaliação das duas posições (CHOAY, 2006).

Para se fazer essa análise é necessário a compreensão da diferença de dois termos existentes nas práticas patrimoniais de então: monumento e monumento histórico.

Monumento em seu sentido original vem do latim *monumentum*, de *monere* = “advertir”, “lembrar”, aquilo que traz uma lembrança. Tem o propósito essencial de se emocionar, atuar sobre a memória. Sua essência e característica é a função antropológica que a edificação tem, sua relação com o tempo vivido e com a memória. Seu gênero pode ter diversas formas: túmulos, templos, colunas, arcos do triunfo, totens etc.

Mas, o papel do monumento (memorial e emocional) foi perdendo o seu sentido e sua importância na sociedade ocidental. Na época, foi dado a este um valor arqueológico (grandes obras da antiguidade do Egito, Grécia e Roma) e um valor arquitetônico, para edifícios construídos para eternizar a lembrança de coisas memoráveis e embelezar e evidenciar proeza técnica. Hoje, tem valor de sinal, se impondo na paisagem da cidade .

Esta extinção progressiva do valor memorial do monumento tem várias causas, entre elas, a importância crescente do conceito de arte nas sociedades ocidentais, que substituiu os monumentos destinados à memória pelos ideais de beleza. E o aperfeiçoamento e a difusão das memórias artificiais (imprensa, livros, fotografia, etc.) que constituem novas técnicas de “conservação do passado”.

Os monumentos “comemorativos” construídos com o fim memorial se tornam insignificantes, surgindo outros, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, estes sim, têm um valor sentimental, ninguém imaginou construir com este fim e nenhuma fotografia pode reproduzir.

No ocidente, principalmente na Europa, segunda metade do século XX deixaram então de edificar monumentos, e transferiram este valor emotivo para os monumentos históricos, conceito criado e difundido para o resto do mundo, com uma noção que não pode ser dissociada de um contexto mental e de uma visão de

mundo, como foi acontecendo de acordo com os valores de cada época, se observado nos relatórios das Organizações Internacionais ao longo deste período.

As noções de Monumento e Monumento Histórico, que hoje muitas vezes se confundem, são em muitos aspectos opostas e até antagônicas. De acordo com Alois Riegl (1858-1905), a diferença fundamental, é que o monumento é uma criação deliberada (*gewollte*) cuja destinação foi pensada a priori, enquanto o monumento histórico não é, desde o princípio desejado (*ungewollte*) e criado como tal, ele é constituído *a posteriori*, por olhares convergentes de historiadores e amantes da arte, que fazem uma seleção dentre os edifícios onde os monumentos são apenas uma pequena parte. Todo objeto do passado pode ser convertido em testemunho histórico, sem que para isto tenha tido como origem uma destinação memorial. “O monumento tem por finalidade fazer reviver um passado mergulhado no tempo, o monumento histórico relaciona-se com a memória viva e com a duração” (CHOAY, 2006, p. 26).

As relações que estes mantêm entre si, com o tempo, a memória e o saber, determinam uma diferença maior quanto a sua conservação. Os monumentos de uma maneira geral estão expostos às ações do tempo e aos desgastes. A negligência e a destruição deliberada são formas de destruição negativa. Mas existe também a destruição positiva, típica da cultura dos povos orientais. Mas o monumento histórico necessita de conservação, uma vez que se insere em um lugar imutável definitivo. Desta forma, os projetos de conservação e sua execução evoluíram com o tempo acompanhando a própria história do seu conceito (CHOAY, 2006).

1.2. DO CONCEITO DA PRESERVAÇÃO DO MONUMENTO À CONSERVAÇÃO URBANA INTEGRADA

A partir dessa exposição da construção do conceito de patrimônio ao longo do tempo, desde a sua relação exclusiva com a antiguidade, até o conceito atual, é possível entender como se deu a evolução da preocupação com a conservação e preservação do monumento histórico e surgimento da restauração como disciplina autônoma.

Na França, em 1820, Charles Nodier (1780-1844) fez uma constatação de que os monumentos da França Antiga tinham um caráter e interesses particulares, pertencendo a uma ordem de ideias e de sentimentos nacionais que não mais se renovavam, pressentindo assim que o século XIX atribuiria às antiguidades uma nova importância, consagrando-os, o que duraria até a década de 1960, com a redação da Carta de Veneza em 1964. Este período englobou acontecimentos nas ciências da história da arte, física, química e arqueologia os quais contribuem para o desenvolvimento da restauração de monumentos como disciplina.

Nesse período, também pode-se verificar o status que o monumento histórico vai adquirir com a Revolução Industrial, suas novas determinações, essências e valores, delimitações espaço temporais, estatuto jurídico e tratamento técnico. Qualquer que tenha sido o período da era industrial nas diversas regiões, ela marca o início da modernidade, e também uma preocupação com o estabelecimento de leis que protejam o monumento histórico e da restauração como disciplina integral acompanhando os progressos da história da arte (CHOAY, 2006).

Na França, Prosper Mérimée (1803-1870) e Eugène Viollet-le-Duc (1814-1879) atestaram a existência dos laços que unem o monumento histórico e o saber intelectual, tentando convencer os franceses a conservar a herança monumental que possuíam e tentando criar uma nova arte de construir, vindo em socorro de um “desejo de arte” e de uma sensibilidade de arte debilitados.

A Revolução Industrial causou uma tomada de consciência da mudança de tempo em artistas, escritores e intelectuais, principalmente na França e na Inglaterra, fazendo-os ver que “nunca mais será como antes” e que existia e necessidade de uma proteção do monumento histórico. No entanto, esse processo se dará de forma diferente nos dois países devido a uma diferença de tradição e de mentalidade existente.

A industrialização vem na França, país de tradição rural, com a legitimação da modernidade independentemente de seus efeitos negativos ou perversos. Os monumentos históricos tinham um valor essencialmente museológico, os edifícios antigos só eram valorizados pelo seu valor nacional e histórico, e como tal deveriam

ser conservados apesar do alto custo, mas mesmo assim para muitos, estes, estavam fadados ao desaparecimento, ao longo do tempo, a favor do novo.

A Inglaterra, apesar de berço da Revolução Industrial, manteve-se mais ligada às tradições do passado e a uma ideia de *revival*, deixando que o significado do monumento histórico tivesse mais influência no seu presente, como parte do cotidiano. Foi então que, John Ruskin (1819-1900), atribuiu à memória uma destinação e um novo valor para este. Para ele, a arquitetura era o único meio de que se dispunha para conservar um laço com o passado, ao qual se devia reverência e respeito pelas gerações que a construíram, evocando um valor sentimental. Desse modo, aproxima presente e passado, na medida em que abstrai o valor histórico do edifício como fundamento para o monumento histórico, substituindo pelo valor de reverência. Com essas ideias o conceito de monumento histórico enriquece, fazendo com que se considere também a arquitetura doméstica e os conjuntos urbanos.

Com a memória afetiva fazendo parte do conceito de monumento histórico, este passou a ter uma universalidade, passando a existir para qualquer civilização. Ruskin e William Morris (1834-1896) passaram então a se mobilizar pela proteção dos monumentos inclusive fora da Inglaterra (CHOAY, 2006).

A primeira legislação surgida em favor da preservação do patrimônio foi na França em 1887, completada em 1889 e assumindo uma forma definitiva em 1913. No entanto, antes disso, desde 1830, houve uma longa fase de experimentação e reflexão. Em 1830, criou-se o cargo de inspetor dos monumentos históricos, ocupado por Ludovic Vitet (1802-1873), no entanto, não dispunha de instrumentos nem de serviços especializados para cumprir essa missão. Em 1834, Mérimée assumiu o cargo e Vitet, como deputado, tentou orientar a política orçamentária a favor dos monumentos. Era tarefa do inspetor nesta época “tombar” os monumentos e foi criada em 1837 uma Comissão dos Monumentos Históricos que o auxiliava nessa tarefa, assim como, na alocação de verbas para restauro e manutenção.

Constatou-se que “tombar” era uma coisa, conservar fisicamente e restaurar eram outras, e estas precisam de um conhecimento específico, que seria preciso construir. Na França esta invenção foi de Vitet e Mérimée. Os arquitetos não tinham

conhecimento das matérias de construções medievais, gótica, românicas, e os cursos no século XX para conservação e restauração exigiriam então novos conhecimentos científicos e técnicos ligados à degradação dos materiais, sendo fundamental também o conhecimento sobre a história da arquitetura.

Esquemáticamente duas doutrinas se defrontaram: uma intervencionista, que predominou na maior parte dos países europeus, defendida por Viollet-le-Duc e outra anti-intervencionista que predominou na Inglaterra, defendida por Ruskin.

Depois do trabalho da geração de Viollet-le-Duc e Ruskin, veio no fim do século outra reflexão crítica e complexa. Graças aos progressos da arqueologia e da história da arte nas últimas décadas do século XIX a doutrina intervencionista de Viollet-le-Duc passou a ser abordada de forma mais questionadora. Camillo Boito (1835-1914), arquiteto italiano, recolheu o melhor das doutrinas de Viollet-le-Duc e Ruskin, e outras diversas opiniões e formulou a sua própria doutrina.

Sua concepção da conservação do monumento era baseada na noção da autenticidade. Não se deve preservar apenas a pátina dos edifícios antigos, mas os sucessivos acréscimos devido ao tempo (Ruskin e Morris). Postulava a prioridade do presente em relação ao passado (Viollet-le-Duc) e afirmava a legitimidade da restauração, só devendo esta ser praticada quando outros meios de salvaguarda tiverem fracassado, sendo a restauração, complemento indispensável e necessário de uma conservação. Neste caso a maior dificuldade era avaliar a necessidade ou a oportunidade da restauração, localizá-la e determinar a natureza de sua importância. Uma vez admitida, deveria ser legitimada e deveria ser feita de tal maneira que fosse reconhecida como tal, não de forma que pareça cópia ou original.

Com formação de jurista, filósofo e historiador, Alois Riegl, realizou um trabalho de reflexão ainda mais ambicioso em relação às condutas ligadas aos monumentos históricos no século XX, tratando-os como objeto social e filosófico. Estruturou sua análise a partir da oposição de duas categorias de valores: os primeiros de rememoração, ligados ao passado e se valiam da memória e os segundos da contemporaneidade, que pertenciam ao presente (CHOAY, 2006).

As obras de Boito e Riegl mostram que na virada do século XX a conservação dos monumentos históricos conquistou o status merecido. Suas críticas completaram

uma conduta em relação ao espaço e ao tempo que se configura quase igual aos tempos de hoje. Seus conceitos tinham se tornado mundiais, temporalmente os limites vinham aumentando com os avanços da arqueologia e paleografia e no campo tipológico já havia se conseguido a inclusão da arquitetura menor e da malha urbana.

Gustavo Giovannoni (1873-1943), no início do século XX, vai além da proteção da arquitetura doméstica de Ruskin, e inclui o conceito de “arquitetura menor” ou “não-monumental”, onde valores⁵ de sacrifício, verdade, força, beleza, vida, recordação e obediência eram encontrados. Atribui um valor de uso e um valor museal aos conjuntos urbanos antigos, fazendo assim da figura historial a síntese e superação das figuras memorial e histórica e alicerce de toda a indagação atual sobre o destino da malha urbana e da natureza da formação das cidades. Instituiu a doutrina de conservação e restauração do patrimônio urbano, defendendo a imagem das malhas antigas e resgatando o valor social e atual. Prega que o conceito de monumento histórico não poderia conceber um edifício isolado, separado do contexto das construções no que se insere. Estende também ao urbanismo, a metodologia de intervenção de Boito na prática do restauro.

A teoria de Giovannoni antecipa, de forma simultaneamente mais simples e mais complexa, as diversas políticas das “áreas protegidas” que foram desenvolvidas e aplicadas na Europa a partir de 1960. Contem, igualmente, em germe seus paradoxos e duas dificuldades. (CHOAY, 2006, p.203)

Em 1931, é realizada a primeira conferência internacional em relação aos monumentos históricos, em Atenas, onde foi elaborada a Carta de Atenas que levantou as questões das relações entre os monumentos antigos e a cidade no Congresso Internacional da Arquitetura Moderna, realizado também em Atenas dois anos mais tarde.

Infelizmente, até a década de 1960, o trabalho de conservação continuou fiel aos princípios de Viollet-le-Duc, e visavam somente os grandes edifícios religiosos e civis. (CHOAY, 2006).

⁵ Valores considerados por Ruskin, as sete lâmpadas da arquitetura.

A partir de 1960, predominando até o final do século passado, passa a existir uma mudança de comportamento na sociedade e uma supervalorização do patrimônio histórico, existindo uma indústria patrimonial, onde os monumentos e o patrimônio histórico adquirem dupla função de obras que propiciam saber e prazer, e também de produtos culturais fabricados para serem consumidos. O valor de uso vai se transformando em valor econômico (CHOAY, 2006).

Quando se percebeu a importância que o assunto estava assumindo e para a revisão e complementação da Carta de Atenas, acontece em 1964 em Veneza, o II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos em Monumentos Históricos, onde a United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization – Unesco (Organização Educacional, Científica e Cultural das Nações Unidas) cria o International Council on Monuments and Sites – Icomos (Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios), conselho que irá unificar as preocupações mundiais sobre a preservação do patrimônio. É confeccionada então, a Carta de Veneza, confirmando os princípios de Giovannoni e de Cesare Brandi.

Art. 1º – A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural (CARTA DE VENEZA, 1964, Art. 1º).

Na década de 1970, o meio ambiente natural também passa a fazer parte das ações de preservação do patrimônio a partir da Declaração de Estocolmo em 1972 assim como o conceito de Patrimônio Cultural, que surge mais apurado na Recomendação de Paris, também em 1972, abarcando tanto o objeto, o monumento excepcional, o conjunto urbano e os lugares notáveis que reflitam valores de uma cultura, onde possa-se reconhecer os valores excepcionais etnológico, estético, histórico ou antropológico (ZOLINI, 2007).

Os centros e bairros históricos antigos, já reconhecidos como patrimônio histórico, têm agora uma imagem privilegiada, no que diz respeito a sua reutilização, ou em sua integração na vida contemporânea (CHOAY, 2006).

Têm início as primeiras ações da Conservação Urbana Integrada a partir das experiências de reabilitação do centro histórico de Bolonha, na Itália, conduzidas por

políticos ligados ao Partido Comunista Italiano, sendo a Conservação Integrada um argumento para a administração municipal de esquerda, resultando na construção de uma imagem política de eficiência administrativa, justiça social e com participação popular.

As primeiras aplicações foram feitas em áreas residenciais antigas dos centros históricos, apresentando uma forte característica social. Atuava na tentativa de recuperar as estruturas físicas, econômicas e sociais, mantendo os antigos moradores em suas edificações recuperadas. No lado político, representou a primeira grande tentativa de participação popular no processo de decisão municipal (ZANCHETI, 2000).

A definição e divulgação do conceito de “Conservação Integrada⁶” foi realizada primeiramente através da Carta Europeia da Herança Arquitetural, ou Manifesto de Amsterdã, em 26 de setembro de 1975 e, logo em seguida, na Declaração de Amsterdã, em 25 de outubro de 1975, ou seja, após suas primeiras experimentações na Itália. A Carta deixa bastante clara a abordagem social proposta ao comentar sobre vilarejos que se tornaram áreas de habitação de baixo nível: “Sua restauração precisa ser feita com um espírito de justiça social e sem levar à expulsão dos habitantes mais pobres” (JOKILEHTO, 2002, p.15,16 apud VIEIRA, 2008 p. 64). Jokiletho (2002), ainda defende que:

A Conservação Integrada é alcançada pela aplicação de técnicas de restauração sensíveis pela escolha correta de funções apropriadas no contexto de áreas históricas levando em conta a pluralidade de valores, tanto econômicos como culturais, e visando julgamentos equilibrados (JOKILEHTO, 2002, p. 15 apud VIEIRA, 2008 p. 64).

A experiência de Bolonha ao longo do tempo, acabou por mostrar os problemas de fundo da Conservação Integrada, que teve seus princípios aplicados nas áreas residenciais centrais dessa cidade. Os administradores, urbanistas e demais intelectuais do Partido Comunista Italiano levantaram a bandeira de recuperar os

⁶ A CI urbana se refere a uma estrutura de planejamento e de ações de gestão numa área urbana existente com a finalidade de garantir o desenvolvimento sustentável mediante a manutenção das características significativas das estruturas físicas e sociais do assentamento e do seu território, e sua integração com novos e compatíveis usos e funções (ZANCHETI & JOKILEHTO, 1995).

prédios construídos para uso habitacional de quem ali já residia. O projeto teve êxito indiscutível nos primeiros anos de sua implantação. A experiência conseguiu integrar os objetivos da conservação com usos contemporâneos. Ela integrou o centro histórico com a cidade nova, centrando esforços no processo do planejamento urbano que foram direcionados para uma conservação integrada. No entanto, iniciou-se o uso da cidade histórica como uma peça na indústria do turismo cultural, e nos anos 80 e 90, a grande expansão do terciário sofisticado e a universidade provocaram um aumento considerável no preço dos imóveis e mudança de uso de alguns deles. As residências populares foram transformadas em repúblicas estudantis e de professores, livrarias, restaurantes, bares, galerias de arte e vários outros tipos de comércio e serviços ligados à universidade. A gentrificação⁷ aconteceu à medida que o centro histórico de Bolonha se tornava um dos mais sofisticados da Itália, expandindo-se intensamente sobre a área recuperada para residência popular no final do século passado.

Apesar de o princípio fundamental da Conservação Integrada ser a preocupação com o patrimônio histórico levando em conta os diferentes valores que o compõe, com uma abordagem social, a partir dos anos 80 e 90, o que se vê é essa abordagem sendo substituída por uma de cunho econômico. Os primeiros exemplos práticos, da década de 70 realmente se concentraram na recuperação da estrutura física, econômica e social dos lugares objeto de intervenção, mas a partir dos anos 80 e 90, a Conservação Integrada passa a ser apreendida como uma forma de “revitalizar” áreas centrais obsoletas através da recuperação econômica e imobiliária. Assim há o questionamento do que se pretende preservar, e se esta realmente busca uma aliança entre a preservação e o desenvolvimento, ou é apenas uma preservação da “fachada”. Segundo Moreira (2004):

Não são urbanidades⁸ que se deseja preservar, mas uma dimensão formal, material. A ideia de preservação como conhecemos, é, a cada dia, mais vinculada a uma lógica da “tábula rasa”: para preservar o que se considera

⁷ O termo significa a transformação de áreas deterioradas, física e socialmente, em áreas nobres, através da expulsão de antigos moradores e apropriação dessas áreas pela classe média e alta, que passam a percebê-la ou que são induzidas por investimentos do Estado.

⁸ A autora diferencia a materialidade da urbanidade, incluindo neste último conceito os aspectos imateriais do patrimônio.

patrimônio histórico, dentro do modelo econômico capitalista, muitas vezes é necessário suprimir usos e população e inserir novos usos e público economicamente mais valorizados (MOREIRA, 2004, p. 61 apud VIEIRA, 2008 p. 66).

Para a autora, nas práticas desenvolvidas a partir da década de 80, o cultural é apropriado pelo comercial e financeiro, levando a uma destruição da memória patrimonial, argumentando que “a simples preservação de formas do passado, adquire uma dimensão caricatural, sendo uma experiência filtrada e pasteurizada, manipulada cenograficamente com objetivos educativos e comerciais” (MOREIRA, 2004, p. 61 apud VIEIRA, 2008 p. 66).

Essa substituição da abordagem da conservação da transformação social para a econômica, encontra-se ligada à globalização e a processos urbanos que caracterizam a cidade contemporânea, com a importância da imagem da cidade. O processo de ampliação de conceito de patrimônio aliado ao chamado “empresarialismo urbano”, alia o desenvolvimento da indústria do turismo com a exploração de espaços públicos com reconhecimento histórico. (VIEIRA, 2008).

Isso faz com que se discuta a questão dos valores culturais das áreas históricas e o homem como foco da conservação, com a identificação dos valores reconhecidos, da sua relação com o patrimônio, dos seus símbolos e das suas necessidades. Passa a existir a inclusão do componente cultural no conceito de desenvolvimento sustentável, baseado em ideias, valores e padrões da comunidade, levando em conta a diversidade cultural, e, não apenas a materialidade, mas seu caráter, identidades e heranças construídos ao longo do tempo.

Assim, o tratamento de áreas históricas atualmente tem novos desafios no que se refere a gestão, uma vez que existem diversos atores envolvidos e a escala de valores de cada um destes, ou seja, na maneira como se relacionam os valores culturais e econômicos nas implantações dos processos de revitalização. É necessário adaptar as necessidades contemporâneas aos desafios tradicionais de gestão da cidade.

Deve-se levar em conta nos processos de revitalização a participação popular, que deve ter participação efetiva e ter poderes no processo decisório juntamente com empresários e o poder público. Além da democratização, a sustentabilidade do

ambiente deve ser outra preocupação, com a redução de gastos desnecessários com materiais e energia, a preservação da autenticidade e a utilização de mão de obra local e especializada. Por fim, também deve-se levar em conta a gestão do turismo, de forma a aproveitar de seus benefícios sem deixar que a sua valorização econômica danifique o patrimônio, nem que se tornem áreas exclusivamente turísticas sem levar em conta as necessidades e desejos da população local (VIEIRA, 2008).

1.3. A INCLUSÃO DO PATRIMÔNIO COMO FATOR TURÍSTICO

O patrimônio, agora reconhecido em toda a sua dimensão material e imaterial, muitas vezes representa uma porção da sociedade que tem uma identidade própria. São aspectos étnicos existentes que muitas vezes atraem o interesse do turismo, pela possibilidade de mostrar aos visitantes visões culturais diferentes do cotidiano.

A presença de aspectos étnicos nas localidades podem ter características únicas aumentando o seu poder de atração, sendo capaz de levar o visitante para além dos produtos turísticos culturais comuns, possibilitando experiências diferenciadas. O turismo étnico pode ser considerado como uma segmentação do turismo cultural, relacionado às ideias de etnicidade, voltado para as tradições e estilos de vida de um grupo e utilizado para destacar o turismo nas comunidades em processo de desenvolvimento. Como atividade, o turismo pode auxiliar grupos de minorias a construir suas representações culturais e afirmar sua identidade própria.

Os produtos culturais dos grupos étnicos que exercem maior poder de atração turística são aqueles que mais fortemente expressam suas identidades como a arquitetura, artesanato, festividades, gastronomia, religiosidade, relações familiares, vestimenta, dança, música, entre outras manifestações relacionadas ao dia a dia do grupo. No entanto é importante que se considere a possibilidade da comunidade étnica permitir, ou não, a experiência turística.

A diversidade étnica resultante das imigrações para todas as regiões do Brasil, em todas as épocas da história, é uma potencialidade turística, pois no processo de integração que cada um desses grupos teve ao chegar, trouxeram contribuições que

com o passar do tempo deixaram suas marcas na cultura brasileira. Isso se verifica, principalmente nas contribuições que os afrodescendentes trouxeram para o Nordeste do Brasil.

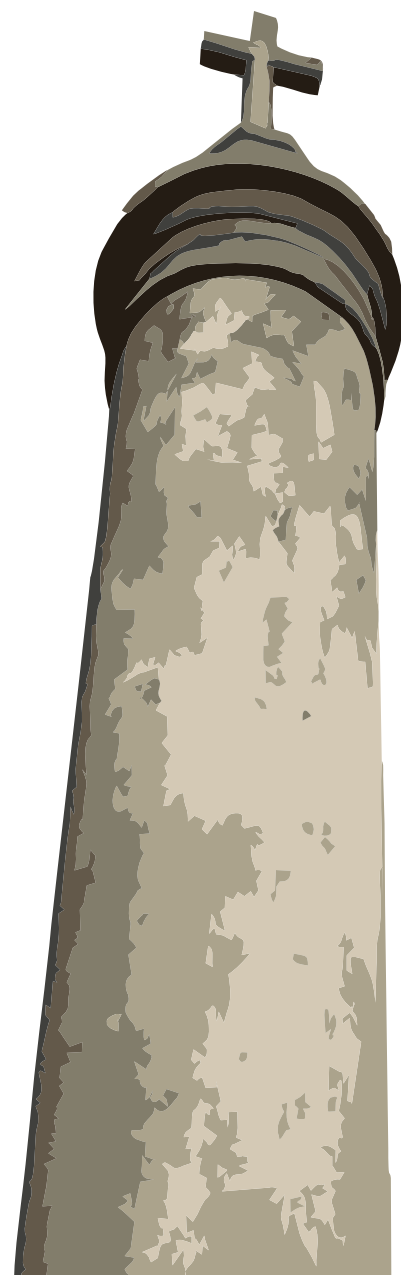
O destaque da etnicidade no momento contemporâneo, e em especial a maneira com que as comunidades étnicas protegem e preservam manifestações culturais, produtos e significados simbólicos, se apresentam como uma possível especificidade do turismo no sentido de despertar o interesse do público. Assim, a esta poderia ser um potencial turístico relevante no país, baseada nas marcas fortes dessas comunidades como a religiosidade, a música, a dança, a gastronomia e outros já citados. Um olhar mais profundo sobre a etnicidade, e principalmente a forma como as comunidades se reorganizaram e vivem podem ser um produto que ofereça uma oportunidade de convívio ao turista e não apenas de contemplação (CARDOSO, 2006).

O turismo étnico pode ser utilizado para se referir a atividades que engajam os turistas na experiência de eventos e situações culturais distintas da sua própria. Pode ser percebido sob duas perspectivas: uma pelo que o nativo é o foco da viagem, outra pelo que o turista encontra na sua visita.

O cuidado que se deve ter é na preservação artificial de grupos étnicos locais e atrações que possam ser consumidas como experiências turísticas ou como comunidades preparadas para atração turística. Na realidade as comunidades étnicas, com toda sua riqueza patrimonial, podem se inserir nas atividades turísticas, sem perderem o seu significado genuíno, sem se transformarem em palcos para visita, mostrando toda sua riqueza cultural singular.

Diante do que foi apresentado, a partir da construção do conceito de patrimônio em todas as suas dimensões e da necessidade de sua preservação integrada à sociedade, pode-se ver no turismo uma forma de inserção da cultura de todas as comunidades no cotidiano das populações das cidades. Como já foi mencionado um fator que deve ser levado em conta é o da autenticidade e da real importância para uma comunidade daquele bem.

*A Cruz do Patrão:
o bem e seus significados*



CAPÍTULO 2. A CRUZ DO PATRÃO: O BEM E SEUS SIGNIFICADOS

A intensão deste capítulo é fazer uma abordagem do objeto de estudo, a Cruz do Patrão, tanto em seu caráter físico como em seu caráter imaterial.

2.1. A MATERIALIDADE DO BEM

A Cruz do Patrão é uma coluna cilíndrica de ordem dórica, construída em alvenaria, com revestimento em argamassa de cimento de épocas diferentes com altura de seis metros com dois metros de diâmetro. No capitel se levanta uma pinha facetada, encimada com uma cruz em pedra calcária com a inscrição INRI (*Jesus Nazarenus Rex Iudeorum*, ou Jesus Nazareno, o Rei dos Judeus). Em seu entorno imediato existe pavimentação em pedra portuguesa cercada por um gradil de ferro. (SILVA, 2012).



FIGURA 1: Vista da Cruz do Patrão.

FONTE: Acervo da autora, novembro/2012

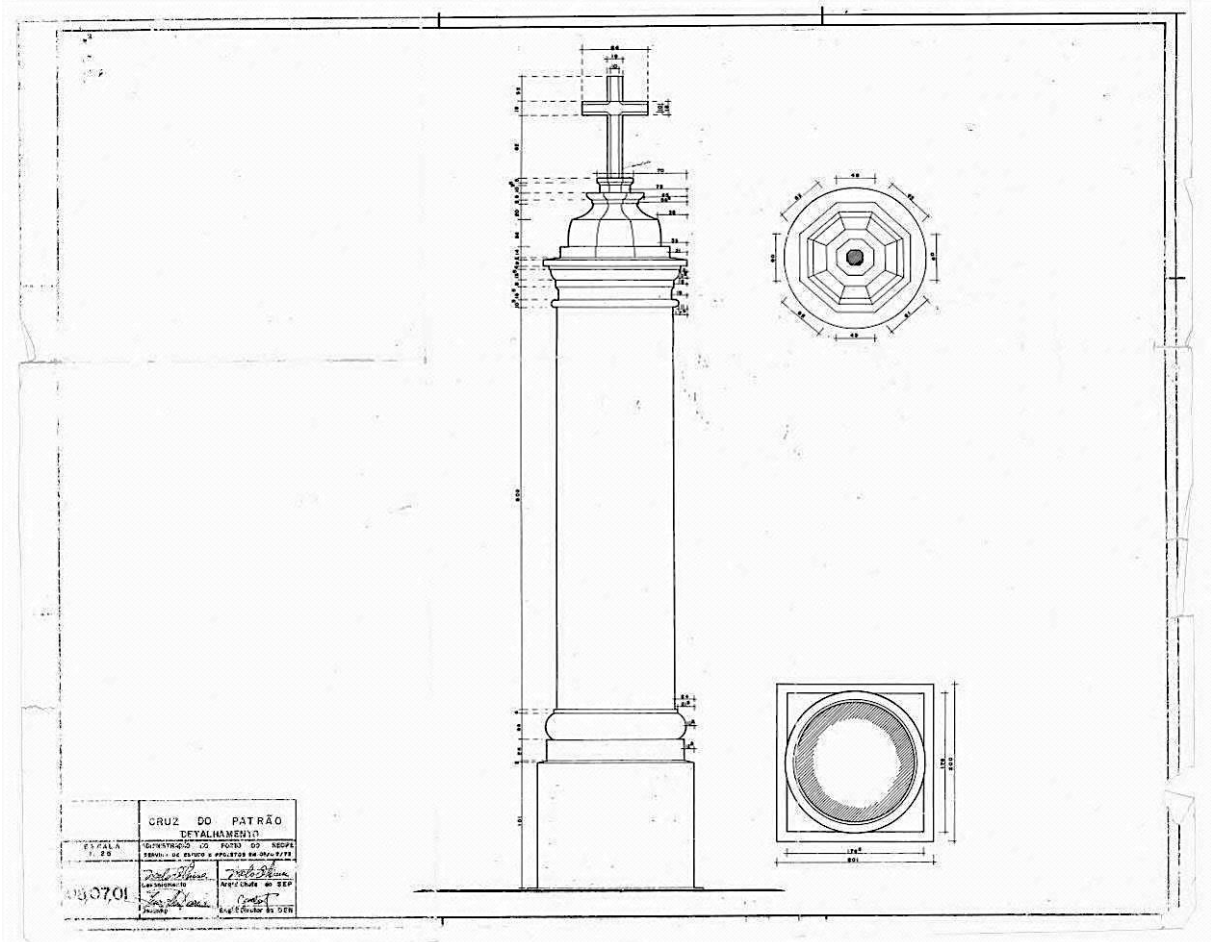


FIGURA 2: Detalhamento da coluna do monumento denominado Cruz do Patrão, elaborado pela Administração do Porto do Recife em 1973
FONTE: Acervo Fundação Seridó, 2002

O nome se dá em função da sua origem de balizamento para a entrada do ancoradouro interno do porto, o Patrão, era o chefe da guarnição de embarcação de remos ou a vapor (SILVA, 2012).

O monumento está localizado no extremo norte do Bairro do Recife, dentro da área do Porto do Recife, em um terreno murado que possui uma área de 6.849,74 m². O terreno onde se localiza a Cruz do Patrão, a oeste limita-se com o rio Beberibe, e a leste com a Rua Ascânio Peixoto.

O objeto de estudo se encontra na Cidade de Recife, na RPA-01 (Região Político Administrativa da Cidade do Recife - 01), na Microrregião 1.1, que contempla os

bairros do Recife e de Santo Amaro, e na ZEPH-09 (Zona Especial de Preservação Histórica – 09), no Setor de Intervenção Controlada – SIC⁹.



LEGENDA:
 Setor de Intervenção Controlada
 Porto do Recife
 Área da Cruz do Patrão

FIGURA 3: Localização do terreno no Bairro do Recife – Data da imagem: 25/11/2009
FONTE: Google Earth, adaptado pela autora, 2012.

O acesso ao monumento é feito atualmente, a partir da rua Ascânio Peixoto a partir da entrada oficial do Porto do Recife no Bairro do Recife. Ainda é possível o acesso através das margens do Rio Beberibe, ou por um passeio a partir da Ponte Limoeiro pelas margens do rio, que, no entanto, nos dias de hoje se encontra fechado.

⁹ De acordo com a Lei no. 16.290, de 29/01/97 do Sítio Histórico do Bairro do Recife, que Aprova o Plano Específico de Revitalização da Zona Especial de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural 09 - Sítio Histórico do Bairro do Recife, estabelece condições especiais de uso e ocupação do solo, cria mecanismos de planejamento e gestão, e dá outras providências, cujas diretrizes para o setor se encontram nos anexos deste trabalho.



FIGURA 4: Acesso ao terreno da Cruz do Patrão - Data da imagem: 25/11/2009
FONTE: Google Earth, adaptado pela autora, 2012.

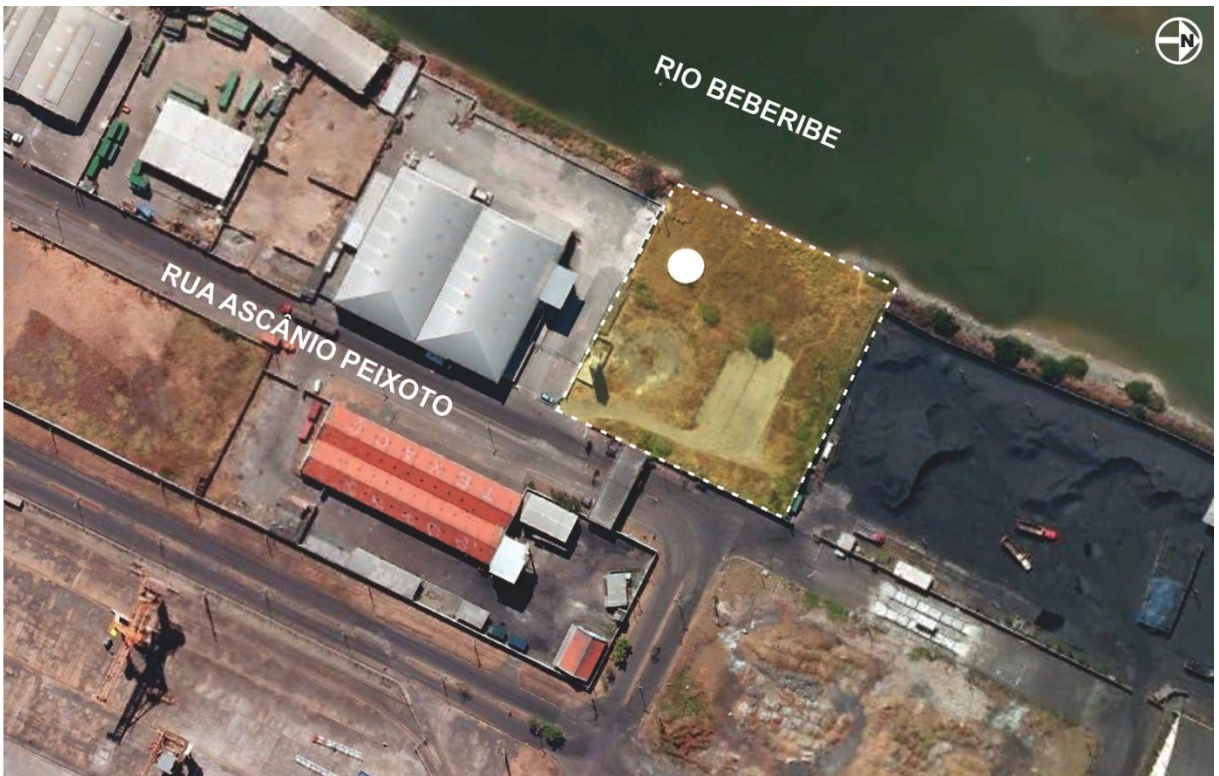


FIGURA 5: Terreno da Cruz do Patrão com a localização da construção da mesma – Data da imagem: 25/11/2009
FONTE: Google Earth, adaptado pela autora, 2012.



FIGURA 6: Entrada do terreno a partir da Rua Ascânio Peixoto.
FONTE: Acervo da autora, novembro/2010.



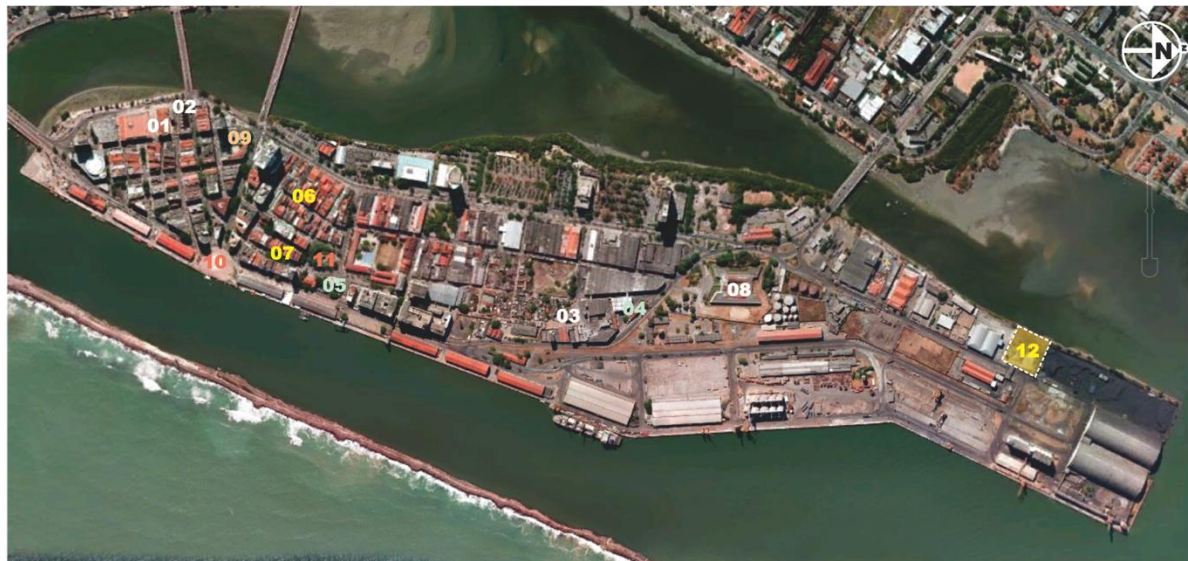
FIGURA 7: Vista do acesso pelo passeio às margens do rio Beberibe.
FONTE: Acervo da autora, setembro/2012.

Vale salientar que atualmente a entrada do Porto do Recife se dá nas proximidades da Fortaleza de São João Batista do Brum (1631) ou Forte do Brum, na qual funciona um museu militar, reunindo artefatos e armaria em uso pelo Exército na Segunda Guerra Mundial, sendo o seu conjunto considerado Monumento Nacional, regularmente inscrito no Livro de História do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, sob o nº 43/1938.

É necessário destacar ainda a importância da área em estudo a respeito do conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico do Antigo Bairro do Recife, e como bens isolados a Igreja de Madre de Deus e a Igreja de Nossa Senhora do Pilar, tombados a nível federal, sendo todo o bairro cadastrado como sítio arqueológico no IPHAN desde o ano 2000. O edifício da Estação do Brum e a Torre Malakoff são tombados a nível Estadual. Em processo de tombamento federal existem o Teatro Apolo e a antiga Sinagoga Kahal Zur Israel (Imóveis de no. 197 e 203 na rua do Bom Jesus).

Podem ser citadas outras edificações existentes na área cujos espaços ou paisagens possuem grande relevância, entretanto ainda não passaram pelo processo de tombamento, são essas edificações: o Paço Alfândega, Edf. Instituto Cultural Bandepe, Edf. Bolsa de Valores, Edf. Companhia Western, a Praça Rio Branco (Marco Zero), a Praça do Arsenal, a Praça Tiradentes e os armazéns do cais do terminal açucareiro, estes últimos, atualmente em processo de requalificação.

Em 19 de julho de 2012, também foi pedida a abertura do Processo de Tombamento do monumento denominado Cruz do Patrão ao Conselho Estadual de Cultura, devido às frequentes notícias dos órgãos de comunicação, de que a administração do Porto teria anunciado a retirada do monumento para ocupação de uma construção portuária. Também foi solicitado que se oficiasse o Iphan para iniciar o processo de tombamento a nível federal.

**LEGENDA:**

01 - Igreja Madre de Deus	07 - Sinagoga Zur Irsael
02 - Conjunto Chanteclair	08 - Forte do Brum
03 - Igreja do Pilar	09 - Edifício do Bandepe
04 - Estação do Brum	10 - Praça Rio Branco ou do Marco Zero
05 - Torre Malakoff	11 - Praça do Arsenal da Marinha
06 - Teatro Apolo	12 - Cruz do Patrão

Tombados a nível federal	□
Tombados a nível estadual	■
Em processo de tombamento federal	■
De interesse histórico	■

FIGURA 8: Edificações tombadas e de interesse de preservação no Bairro do Recife

FONTE: Google Earth, adaptado pela autora, 2012

O Porto do Recife ocupa quase a metade da extensão territorial da ilha, estendendo-se no sentido norte-sul ao longo da fachada do mar e toda a porção norte da ilha, onde também se localiza o monumento da Cruz do Patrão. O movimento do porto ainda é intenso, ocorrendo tanto a movimentação de cargas quanto de passageiros.

Além das atividades portuárias, ainda muito relevantes, hoje predominam na área o comércio e os serviços, com grande quantidade de agências bancárias e escritórios ligados à exportação, empresas de tecnologia e de interesse cultural, como é o caso do Porto Digital. Em algumas regiões é possível perceber o uso consolidado, onde foram se criando setores, como é caso de uma faixa de edifícios do poder público (Prefeitura, Tribunais, Polícia Federal), na área aterrada na porção oeste da ilha, às margens do rio, um setor de comércio atacadista, um industrial, um financeiro, um setor cultural (teatros, livraria, faculdades, institutos culturais) e a própria Praça Rio Branco (Marco Zero), palco de grandes eventos culturais da cidade. Existe ainda um setor residencial, que atualmente está em processo de requalificação, a antiga favela está se transformando em conjunto residencial, com a manutenção de seus habitantes no local e a inclusão de equipamentos públicos e de lazer.

2.1.1. Pesquisa iconográfica, cartográfica e histórica

A construção da Cruz do Patrão está atrelada à importância do porto natural do Recife. Desde o início do século XVI, o Arrecife dos Navios era a porta de entrada, em torno do qual teve origem a cidade. A partir da península do Povo dos Arrecifes, temos hoje o Bairro do Recife. Foi chamado de Barra do Arrecife, por Pero Lopes de Souza em seu Diário de Navegação, e de Ribeira do Mar dos Navios pelo donatário Duarte Coelho Pereira na carta Foral de 12 de março de 1537. Na época era apenas uma pequena povoação de mareantes que vivia em torno do Porto dos Navios e na ermida de São Frei Pedro Gonsalves, ou do Corpo Santo, como era chamada por eles.

A partir da segunda metade do século XVI o porto do Recife era o de maior movimento na América Portuguesa, visto que era o principal escoadouro das riquezas da capitania mais promissora. Atraídos por essas riquezas, principalmente pelo açúcar, os holandeses se instalam em 14 de fevereiro de 1630 no Recife, permanecendo até 1654.

Dada a importância do porto para a economia da época, era uma preocupação constante o seu acesso, sendo necessários então, os marcos de balizamento para oferecerem uma orientação segura de navegação no acesso ao canal (SILVA, 2012).

A cidade tinha três acessos: a barra grande, a barra pequena, e a barreta, que era uma pequena abertura em frente ao Pina, sendo a barra grande a forma mais importante de entrada para o porto. A Cruz surge então da necessidade para entrar na barra grande, servindo como guia (ASSIS, 2012).

Desde o ancoradouro externo - onde ficavam os navios maiores que não passavam na calha - até o ancoradouro interno - por onde só passavam os navios menores para entrar e não bater no banco inglês - um grande trecho onde há um empedramento e areia, fatores que podem encalhar o navio - eles tiveram que fazer um assinalamento com madeira, que depois foi transformado em uma cruz (ASSIS, 2012 p. 36).

No início do século XVII, no mapa elaborado por João Teixeira Albernaz I, que relata o primitivo ancoradouro, o arruado de casas, a igreja do Corpo Santo, as terras

circunjacentes e o Lugar do Recife, aparece esta grande cruz de madeira, destinada a orientar as embarcações que entravam no ancoradouro natural (SILVA, 2012).

Ainda pela necessidade de uma melhor visibilidade, foi feita uma base e uma coluna em alvenaria com um pequeno capitel e uma cruz no topo lembrando o modelo anterior. Esta é a representação de um modelo de sinalização que não é brasileiro, e sim um hábito Europeu, chamado de navegação por rumo à distância (ASSIS, 2012).

No Recife, o navegador que queria entrar com o barco no porto precisava apontar a proa da navegação na direção da cruz, cruzando o referencial com a torre da igreja de Santo Amaro das Salinas, que ficava do outro lado do rio Beberibe, em Santo Amaro (ASSIS, 2012 p. 36).

Esta Cruz com a representação em coluna em alvenaria à beira da praia aparece então em outras plantas e mapas em 1759, no Prospecto da Vila do Recife do padre José Caetano, nas mesmas coordenadas onde se encontra hoje, equidistante do Forte do Brum e do Forte do Buraco¹⁰, este último, não existindo mais atualmente. Em 1773, aparece na Planta e Plano da Vila de Santo Antônio do Recife (SILVA, 2012).

É representada também no manuscrito de Luiz dos Santos Vilhena de 1801, chamado Recompilação de Notícias Soteropolitanas e Basílicas. Em 1808, é novamente assinalada no Plano do Porto e Praça de Pernambuco de José Fernandes Portugal, também no mesmo lugar em que se encontra atualmente. É desta época o registro mais recente, uma litografia na qual a Cruz do Patrão, nos mesmos moldes em que se encontra hoje, aparece no areal do istmo, nas proximidades do Forte do Buraco com a cidade de Olinda no horizonte (SILVA, 2012).

¹⁰ O forte do Buraco estava localizado no cordão arenoso ou istmo de Olinda e Recife, a norte da última barra do porto do Recife, próximo a atual Escola de aprendizes de marinheiros. Sua construção data do início do século XVII. Foi construída pelos holandeses em 1630, provavelmente no local onde teria existido o Forte de São Jorge velho. Em 1654 foi ocupado pelos portugueses. Em 1705 foi reconstituído e ampliado. Em 1808 foi considerado fortificação de segunda classe. Em 1883 foi reparada que de parte de suas pedras foram aproveitadas no prolongamento do Porto do Recife (PONTUAL, 2007).



FIGURA 9: Carta geográfica denominada “Carta da Costa Leste do Brasil, entre a Vila do Olinda e o Paço Figueira”, publicada no apógrafo do sargento-mor Diogo de Campos Moreno, Livro que dá razão do estado do Brasil (1618).

FONTE: RAMOS, 2006 disponível em Clio Arqueológica n. 23 – vol. 2, 2008.

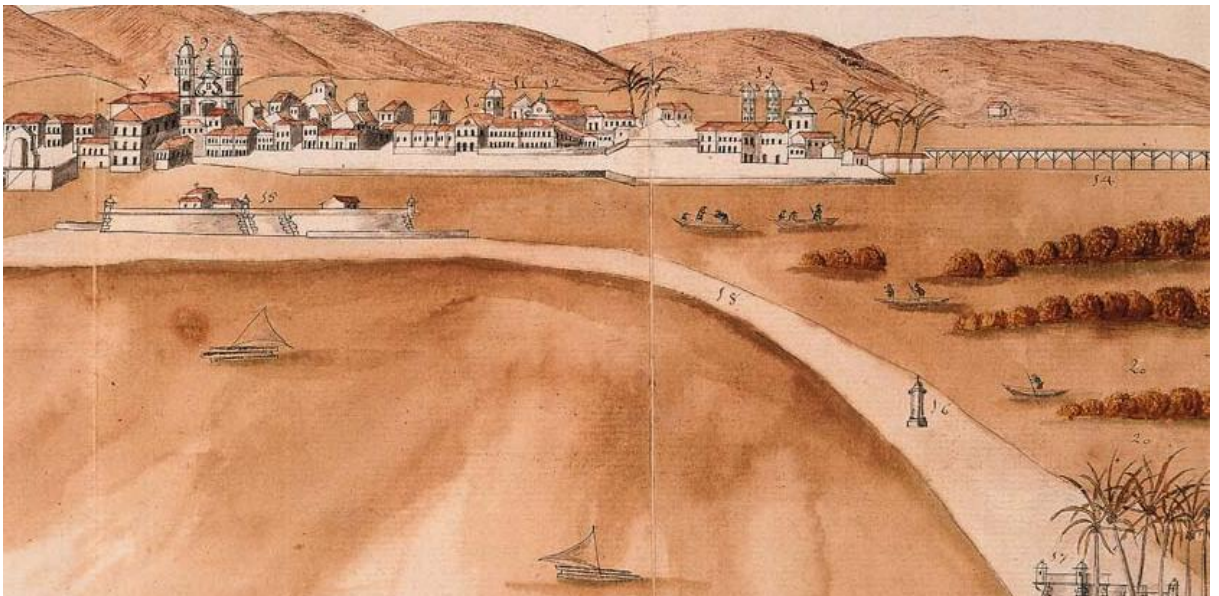


FIGURA 10: “Planta e plano da villa de Santo Antonio do Recife Pernambuco”. Do original, Padre Jose Caetano, 1759. Original manuscrito do Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro. (Nestor Goulart. Vilas e Cidades do Brasil Colonial).

FONTE: RAMOS, 2008 disponível em Clio Arqueológica n. 23 – vol. 2, 2008.

Os documentos históricos indicam que originalmente a Cruz encontrava-se no centro do istmo. A partir de estudos realizados, e verificações na planta topohidrográfica realizada pelo tenente Eliziário em 1848, sabe-se que essa margem variou ao longo dos séculos chegou até à base da Cruz no século XIX. Vale ressaltar que, em alguns mapas que mostram o antigo istmo, estão representados grandes bancos de areia que ampliavam a sua largura. De acordo com fontes históricas e mapas antigos, pode-se dizer que o istmo apresentava, ao menos em alguns momentos, em torno de 80 metros de largura¹¹.



FIGURA 11: A Cruz do Patrão em paisagem aquarelada do início do século XX; o monumento é o mesmo dos nossos dias; na imagem aparece o forte do Buraco, a Cruz do Patrão e a paisagem de Olinda no fundo

FONTE: SILVA, 2012.

¹¹ Em novembro de 1999 pesquisadores da UFPE encontraram a localização da antiga margem esquerda do Rio Beberibe, no interior do prédio onde funcionou a sinagoga dos judeus, de 1636 a 1654. Os arqueólogos descobriram o terreno do istmo, a inclinação de sua margem esquerda e a camada de aterro que propiciou o crescimento do Recife Antigo.



FIGURA 12: A Cruz do Patrão antes da construção do porto.
FONTE: ASSIS, 2012.

No entanto, hoje a área está bastante modificada pelos aterros na parte leste da Cruz, para a ampliação do porto no século XX. O lado a oeste do monumento encontra-se a apenas vinte e quatro metros da margem do rio Beberibe (RAMOS, 2008).

2.2. A IMATERIALIDADE DO BEM

Para entrar no porto do Recife, os navegadores avistavam a Cruz do Patrão e aguardavam alinhamento com a torre da igreja de Santo Amaro das Salinas, situada por trás do Rio Beberibe. Neste momento, podiam seguir perpendicularmente em direção à barra que entravam seguramente no porto. Esta atividade repetida várias vezes diariamente durante séculos, estava intimamente ligada ao ato de posseção do território colonial. Nela verificam-se os elementos primários que estabeleciam o domínio português: o mar e o navegador, o porto, e nele um representante da autoridade régia, o patrão-mor da ribeira e a Igreja. Assim, fincada no local primitivo do sítio dos pescadores que deu origem à vila, a Cruz do Patrão foi mais do que um importante e prático marco de navegação. Como monumento, representava também

um marco da posse da Coroa portuguesa, da mesma forma como aconteceu com os outros marcos lançados ao sul e nas costas dos Oceanos Atlântico e Índico ao longo dos séculos XV e XVI. Esses marcos expressavam implicitamente o ato de posse do território (CATARINO, 2005).

Desde o século passado vigoram na cidade do Recife, tradições culturais que definem a Cruz do Patrão como um antigo cemitério de escravos. Essa tradição na qual se baseia a história dos negros, foi repassada de pais para filhos por gerações, e caracterizou o monumento como local de espancamento e sepultamento de negros. Diante dessa crença, o local guardou e guarda até hoje a presença do sobrenatural, de espíritos e fantasmas. Desta forma, a Cruz do Patrão tornou-se conhecida também como um dos lugares mais assombrados do Recife, temido e evitado por todos (RAMOS, 2008).

O início desses relatos que levaram a esse reconhecimento está registrado no Diário de uma viagem ao Brasil da inglesa Maria Graham, publicados no século XIX, quando passava pelo local, de volta de Olinda para o Recife, após participar de alguns festejos naquela cidade descrevendo cenas que ela considerou uma das mais horríveis que já havia visto ao percorrer o istmo em 1821: a presença de corpos de negros mal enterrados, provavelmente mortos após a longa viagem pelo Atlântico e por isto levados a um consentido cemitério de pagãos, convenientemente situado fora das portas da vila (CATARINO, 2005).

Também Gilberto Freyre faz registro da importância do local para os negros em seu capítulo que trata do Xangô, no seu livro Guia prático, histórico e sentimental da cidade do Recife, e cita também Maria Graham:

Na Cruz do Patrão, onde nos tempos coloniais os negros se reuniam para fazer catimbó, diz a tradição que uma vez apareceu o Diabo, pegou uma negra de toutiço gordo e sumiu com ela no meio da água. Tudo isso, entre estouros e no meio de muita catinga de enxofre. É um dos lugares mal-assombrados do Recife, ligado a fuzilamentos e assassinatos. Parece que é o sítio onde outrora se enterravam negros novos – dos tais que Maria Graham viu enterrados à beira da água com pedaços do corpo aparecendo. (FREYRE, 2007, p. 99).

O local também é tema da literatura nos romances de Franklin Távora, como cenário de execuções por fuzilamento e outras estórias que envolvem credices, bruxarias, assombrações e lendas.

2.2.1. O monumento para a Cultura Afro-brasileira

A Cruz do Patrão tornou-se símbolo da cultura afro-brasileira, em decorrência do que aconteceu no lugar. Apesar de construído pela classe dominante de então, conta aspectos importantes da vida dos negros do Recife, tomando-se símbolo da escravidão, tendo o reconhecimento, a valorização e a apropriação do patrimônio cultural pela sociedade através de seu resgate histórico-cultural.

Em 2005, a pedido da Prefeitura da Cidade do Recife e financiado por esta, foi realizado um projeto de pesquisa pelo Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e preservação do Patrimônio da Universidade Federal de Pernambuco, sobre a história e a dimensão simbólica desse monumento em relação às tradições culturais que existem na cidade, e que o vinculam ao sofrimento e morte de escravos. O estudo levou em consideração os conteúdos espirituais existentes próprios do contexto imaterial, e que estão ligados à história de monumentos como esse, até porque para entendê-lo como patrimônio da cultura material, era preciso antes, conhecê-lo em seu aspecto imaterial (RAMOS, 2006).

Como resultado, as pesquisas arqueológicas mostraram que o local do entorno imediato do monumento não se tratava de um cemitério, mas de um local de realização de práticas afro-religiosas, onde os “trabalhos” eram realizados e deixaram evidências, confirmando a sua importância histórica. O monumento ficou caracterizado não como local de sepultamento de negros, mas como local de realização de rituais afro-religiosos. Foram encontrados vestígios de rituais realizados nos final do século XIX e início do século XX, vinculando o espaço à cultura afro-brasileira da cidade do Recife. Foram encontrados ossos desconectados dos corpos jogados à beira das marés. Esses atos de crueldade realizados no local, ficaram estigmatizados nos rituais concretizados aos pés da Cruz do Patrão, como

uma reverência aos eguns¹² pelo descanso das almas, que segundo a tradição ainda vagam no local.

A tradição oral existente há mais de um século não foi ignorada, e foi feita uma pesquisa historiográfica, onde se constatou que certamente eram jogados corpos de negros no local, prática que também era realizada em qualquer outro local ermo da cidade. Como na época não haviam cemitérios no Brasil, as pessoas eram sepultadas sob os pisos ou nas paredes das igrejas e conventos, no entanto, somente os de certa posição social. Após 1850, por uma questão de saúde pública, é que surgiram os cemitérios, localizados no mesmo local das Igrejas. Nessa época também existia a segregação dos não católicos, mas mesmo cristianizados, os africanos, como escravos, eram sepultados em covas rasas ou abandonados como animais para apodrecer nas margens dos caminhos e no ermo das praias.



FIGURA 13: Ritual inicial de pedido e autorização aos eguns, quando do início das escavações.
FONTE: RAMOS, 2006 disponível em *Clio Arqueológica* n. 21 – vol. 2, 2006.

¹² Em orubá quer dizer familiares mais velhos que se foram, espíritos.



FIGURA 14: Ritual realizado quando foram encontrados ossos humanos.

FONTE: RAMOS, 2006 disponível em Clio Arqueológica n. 21 – vol. 2, 2006.

Outra justificativa de não ter se verificado a confirmação da tradição oral do local como cemitério de escravos, é a documentação cartográfica, visto que a Cruz estava localizada em local estreito e alagado, reforçando o que justificaria a ausência de sepulturas. Acredita-se também que a ideia de lugar de enterramentos pode ter uma origem externa ao local, podendo ter havido uma transferência da ideia de outro local, dado a existência de um cemitério fora dos muros do povoado, de não católicos ou de negros sepultados clandestinamente, tornando-se símbolo da resistência à escravidão, com a realização de ritos religiosos para os que morreram ali (RAMOS, 2008).

Após a construção do conceito de patrimônio e a descrição do bem, não resta dúvidas quanto à caracterização da Cruz do Patrão como monumento histórico, tanto pela sua importância material como imaterial. No entanto, em relação à preservação, o que se apresenta hoje é o descaso com esse patrimônio.

A questão do abandono e da falta de interesse da gestão pública se reflete no estado de conservação do bem. Sem receber nenhum tipo de manutenção, o monumento passou muito tempo coberto por vegetação no seu entorno e sobre o seu gradil, impossibilitando o acesso às proximidades do mesmo. Isto sem mencionar, que não existe, nem nunca existiu nenhuma forma de acesso especial à área, nem iluminação ou agenciamento para o local, de forma que o destacasse e o incluísse na vida da sociedade. Na verdade existem diversos projetos com enfoques diferentes que serão apresentados e discutidos neste estudo.



FIGURA 15: Vista da Cruz do Patrão – a vegetação cobrindo toda a pavimentação e o gradil de ferro.

FONTE: Acervo da autora, novembro/2010.

*Os diversos olhares sobre
a Cruz do Patrão*



CAPÍTULO 3. OS DIVERSOS OLHARES SOBRE A CRUZ DO PATRÃO

Neste capítulo serão abordados os projetos existentes para o Bairro do Recife e para a Cruz do Patrão. Também será feito um breve histórico da ocupação e do uso do Bairro do Recife para um melhor entendimento das motivações das ações de implementação dos projetos feitos para o bairro visando sua requalificação e valorização. Estes projetos têm se apresentado com prioridades diferentes em relação às ações prioritárias para a reabilitação do bairro em função da diversidade de pensamentos de gestões que passaram pela Prefeitura do Recife e pelo Governo do Estado. Em relação ao monumento, muitos deles não o levam em consideração. Os que existem, também se apresentam com olhares diferentes em relação à sua recuperação, restauração e a revitalização da sua área para a inclusão deste na sociedade.

3.1. ANTECEDENTES

O Bairro do Recife é o núcleo original a partir de onde se desenvolveu a cidade. Criada em 1537, a vila funcionou como apoio portuário para a cidade de Olinda na época mais desenvolvida. Em 1630, com o incêndio de Olinda e o domínio holandês, Recife recebeu a implantação de um projeto urbanístico planejado. Mesmo após a expulsão dos holandeses a cidade vai se desenvolvendo dentro da linha urbanística deixada pelos holandeses para o Bairro de Santo Antônio. Até o final do século XIX não se verificava nenhuma mudança significativa na malha urbana do Bairro do Recife, caracterizada por deformações e valorização dos espaços sacros.

No início do século XX, influenciado por reformas urbanas francesas e o discurso higienista, o Recife também passou por um processo de modernização com o reaparelhamento do porto e a reforma urbana do Bairro do Recife.

Para que o porto pudesse ter competitividade em termos nacional, este foi reaparelhado e houve uma remodelação do velho núcleo, tirando-lhe as características iniciais de povoamento, já que quarteirões foram demolidos e abertas

largas avenidas. A península foi ampliada e transformada em ilha, desligada artificialmente de Olinda, a qual se reunia por meio do istmo (VIEIRA, 2008). Também foram destruídos os marcos de origem da povoação inicial de mareantes do Povo dos Arrecifes. Entre as edificações demolidas destaca-se o Arco da Conceição, construído em 1740 e demolido em 1913, situado na cabeceira da antiga ponte Maurício de Nassau. Também a Igreja do Corpo Santo, ou Matriz do Corpo Santo, edificada em meados do século XVI, sendo Mesquita luterana durante a invasão holandesa, Matriz em 1655, com reformas em 1703, 1800/1812 e sendo finalmente, destruída em 1913 (MENEZES, 1988).

Entre 1930 e 1950, o desenvolvimento econômico se caracterizou por uma urbanização acelerada e pela expansão para as periferias urbanas com o esvaziamento e degradação dos centros. No Recife, o bairro de Santo Antônio se transformou em centro simbólico e econômico da cidade, e o Bairro do Recife perdeu a sua importância passando a ter as características do abandono e consolidando-se como bairro da prostituição e da boemia. No entanto, nos anos 70, com o agravamento da degradação espacial, física e humana, a área perdeu o encanto que ainda lhe restava nos anos 60, e passou a ser local de atividades marginais (VIEIRA, 2008).

3.2. AS INTERVENÇÕES PLANEJADAS

Como o Bairro do Recife tinha dependência direta do Porto, sofreu com a falta de vida dinâmica. Apesar da diminuição das atividades portuárias, nos anos 60, várias reformas foram feitas como a construção de grandes armazéns, do terminal açucareiro e do parque de tancagem. Ainda nesta época, a Av. Alfredo Lisboa foi incorporada ao pátio de manobras de caminhões do Porto, e a área do entorno da Igreja do Pilar foi desapropriada e demolida para a construção de novas instalações que não foram realizadas. Grandes áreas urbanas do bairro, agora desapropriadas e demolidas, ficaram abandonadas. Uma dessas áreas no entorno da Igreja do Pilar, acabou em 1975, sendo ocupada pela população de baixa renda, se transformando na Favela do Rato, hoje, Comunidade do Pilar. No bairro praticamente não existe o

uso residencial fora da favela e é grande o número de casarões abandonados (VIEIRA, 2008).

Nessa época, foi cogitada a retirada da Cruz do Patrão do lugar, para que a Companhia Pernambucana de Borracha Sintética - Coperbo, pudesse construir esferas de gás, mas houve a intervenção da comunidade científica que conseguiu evitar a ação (ASSIS, 2012).

Apesar disso, não houve a preocupação em deixar um acesso para o monumento. O local do monumento simplesmente foi incorporado ao porto e encoberto por novas construções. Como na época não tinha mais função para a navegação, seu valor para a comunidade afro-brasileira também não foi levado em consideração, passando então a cair no esquecimento e desconhecimento da população. Prevaleceu a modernidade e o potencial econômico do porto.

A partir de 1985, o governo municipal, na gestão do prefeito Jarbas Vasconcelos (1985-1988), iniciou estudos e elaborou o Plano de Reabilitação do Bairro do Recife. O foco era a população menos favorecida, o objetivo central era a recuperação do patrimônio edificado em função da inclusão das classes sociais de baixa renda que ocupavam a área. Foram feitos o cadastramento da população favelada e de moradores de pensões e cortiços, uma pesquisa histórica oral, projetos para reconversão de antigos edifícios em habitações coletivas, projeto de um restaurante popular e de um núcleo de educação. No entanto, com o fim da gestão municipal em 1988, o plano não teve continuidade.

Na gestão municipal seguinte, do prefeito Joaquim Francisco (1989-1992), não se deu continuidade à política definida anteriormente para o bairro, visto que o foco não era mais a população menos favorecida, e sim os setores empresariais. Em 1991, o Plano Diretor da Cidade do Recife, através da Lei Orgânica estabeleceu Zonas Especiais de Turismo – ZET, que possuíam permissão para implantação de Programas de Reestruturação Urbana através de projetos de revitalização, de renovação, de reestruturação ou de urbanização. Assim as atividades turísticas no bairro foram estimuladas, com incentivos e isenções fiscais. A parte sul do Bairro do Recife, era uma dessas ZET's. As áreas e monumentos da porção norte, como não

estavam “à mostra” do público não foram contempladas, incluindo-se aí, além da Cruz do Patrão, a Igreja do Pilar e o Forte do Brum.

Nesta mesma época, na metade do mandato, Joaquim Francisco se elegeu Governador do Estado, e o governo estadual lançou um projeto turístico para o Estado que contemplava o Bairro do Recife como um dos principais pontos de apoio. O patrimônio histórico e artístico passou a ser visto como de grande valor para a economia. Foi então encomendado o Plano de Revitalização para o Bairro do Recife – PRBR, como parte do Programa Integrado de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste – Prodetur, que era gerenciado pelo banco do Nordeste – BNB, e financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. Além da elaboração do Plano, não houve nenhuma outra realização efetiva de ação para o bairro (VIEIRA, 2008).

A nova gestão municipal, que assumiu a partir de 1993, novamente com o prefeito Jarbas Vasconcelos (1993-1996), implantou o PRBR. Vale salientar que as prioridades observadas em seu primeiro mandato não foram as mesmas do segundo, sendo estas então, alinhadas com as do Governo Estadual, do então governador Joaquim Francisco, seu antecessor. O plano seguiu complementado com programas de parcerias entre o investimento público e o privado e com reformas emergenciais dos espaços públicos. Em linhas gerais este plano prosseguiu até o ano de 2005, sofrendo ao longo do tempo mudanças e ajustes. Ele definiu a estrutura econômica e social das atividades a serem implantadas no bairro, a forma de ocupação das áreas, a utilização do patrimônio ambiental e cultural e a imagem social buscada. Como objetivos estavam a transformação da área em um Centro de Serviços Modernos; a conservação do patrimônio histórico e cultural do bairro através da vitalidade econômica, resgatando sua característica de espaço em constante transformação que mantém os registros de todas as suas épocas históricas; a conversão do Bairro do Recife em espaço de diversão e lazer para a população e em um centro de atração turística nacional e internacional. O plano ainda propôs uma mudança na legislação para o bairro com a divisão da área em três setores, que teriam formas de intervenção diferenciada: um Setor de Consolidação, um Setor de Revitalização e um Setor de Renovação.

**LEGENDA:**

■ Setor de Revitalização

■ Setor de Consolidação

■ Setor de Renovação

FIGURA 16: Mapa da configuração espacial do Bairro do Recife no PRBR

FONTE: Google Earth, adaptado pela autora, 2012

No setor de consolidação estavam os aterros recentes, realizados nos anos 60 com construções modernistas ocupadas pelo poder público. Neste local seriam mantidos os processos de utilização do solo vigentes. No Setor de Revitalização estão a maior parte dos edifícios de interesse histórico. Neste setor a proposta é da melhoria das condições de uso e de qualidade ambiental. E no Setor de Renovação onde estão os galpões, armazéns, parte do porto e a Comunidade do Pilar, seria incentivada a reconstrução do espaço urbano com o aumento da densidade de construções e o aumento do valor do solo.

A implantação desse plano se daria através de “Projetos Estruturadores”, devendo no início serem realizados “Projetos de Impacto”. Seriam dois Projetos de Impacto, ambos financiados pelo BID: o primeiro, com a criação de uma área principal de atividades de lazer, diversão e cultura do bairro, compreendendo a área do Marco Zero, da Rua do Bom Jesus, da Praça do Arsenal da Marinha e da Torre Malakoff. O segundo, recuperaria as áreas mais degradadas na área da Comunidade do Pilar e reabriria a Av. Alfredo Lisboa.

A área da Cruz do Patrão estava dentro da área de intervenção controlada, fazendo parte da área do porto do Recife. Monumentos como o Forte do Brum e a Igreja do

Pilar, faziam parte do Setor de Renovação. No entanto, apesar de sua importância, os monumentos da porção norte do bairro novamente não faziam parte dos Projetos de Impacto, a não ser a área da Igreja que se encontra na comunidade do Pilar que deveria receber uma atenção em relação a reconstrução do ambiente urbano (Setor de Renovação).

Para facilitar a implantação do Plano e orientar a reformulação do Plano Diretor, foram criados três “polos”: o Polo Bom Jesus, o Polo Alfândega e o Polo Pilar, os dois primeiros da área de intervenção controlada, onde se concentram a maioria das edificações de interesse histórico e o terceiro na área de renovação, em estado mais avançado de degradação e onde se localizam atividades industriais, portuárias e grandes vazios urbanos decorrentes da ampliação do porto e ocupados pela Favela do Rato (comunidade do Pilar).

As primeiras ações de implantação do PRBR já em 1993, de recuperação dos espaços públicos na área do Polo Bom Jesus, atraíram novos projetos como o Projeto Cores da Cidade¹³. Também os dirigentes do Porto, passaram a repensar o que poderia ser feito com as áreas ociosas do Porto.

Em 1995, o Prodetur/NE¹⁴ I foi a fonte de recursos para a realização de boa parte das ações do Projeto de Impacto 1, na área da rua do Bom Jesus e adjacências, com a transformação da área em polo de animação e a recuperação de imóveis e espaços urbanos. Do Projeto de Impacto 2 foi feito apenas a reabertura da Av. Alfredo Lisboa (VIEIRA, 2008).

Durante essa gestão, todos os esforços foram centrados para a captação de recursos e realização de projetos para as intervenções na parte central e sul do bairro, nas áreas do Polo Bom Jesus e do Polo Alfândega. Os outros monumentos

¹³ O projeto Cores da Cidade é de iniciativa privada, da Fundação Roberto Marinho e Tintas Ypiranga, com responsabilidade do proprietário pela mão-de-obra e pelo material para a recuperação das fachadas, da Prefeitura que se responsabiliza pela recuperação do espaço público e das Tintas Ypiranga que fornece as tintas necessárias.

¹⁴ O Prodetur/NE I é um programa financiado pelo BID com a coordenação do BNB. É um projeto mais amplo que inclui projetos e ações visando o desenvolvimento do turismo e está vinculado ao Governo do Estado.

não faziam parte do roteiro turístico, nem da agenda de eventos culturais para o bairro.

Na gestão municipal iniciada em 1997, do prefeito Roberto Magalhães (1997-2000), apoiado pelo seu antecessor, o Prodetur/NE 1 novamente foi a fonte mais importante de recursos para a realização dos outros projetos integrantes do Projeto de Impacto 1 como a restauração do Teatro Apolo e da Torre Malakoff, a recuperação das fachadas da av. Alfredo Lisboa, implantação do terminal Marítimo de Passageiros no armazém 12 e a reforma da Praça do Marco Zero. Além destes, também foram executados com esses recursos, projetos na porção norte da ilha, como a recuperação da Ponte do Limoeiro, a urbanização do entorno do Forte do Brum e a Requalificação Urbana do Portal Norte da Ilha do Recife, mesmo sem estes estarem contemplados inicialmente pelo projeto.

Apesar da proximidade e de já haver o acesso para o monumento, tanto pela lateral do rio Beberibe, quanto por dentro do Porto do Recife, não foi feito nada na área da Cruz do Patrão.

Em 1997 foi aprovada uma nova legislação para o bairro, a Lei nº 16.290/97 específica para a Zona de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural do Bairro do Recife – ZEPH-09, com a redefinição dos setores. Ficam definidos o Setor de Consolidação, o Setor de Intervenção Controlada e o Setor de Renovação.

Também nesta gestão, realiza-se a segunda fase do Projeto Cores da Cidade e são iniciados o Monumenta/Bid¹⁵, o Porto Digital e o Projeto Luz no Recife Antigo.

¹⁵ O Monumenta/Bid é um programa de recuperação do patrimônio cultural urbano executado pelo Ministério da Cultura e financiado pelo BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento, com cooperação da Unesco e da Caixa Econômica Federal (MONUMENTA, 2012).



LEGENDA:

 Setor de Intervenção Controlada	 Setor de Renovação
 Setor de Consolidação	 Perímetro do conjunto Arquitetônico do Bairro do Recife

FIGURA 17: Mapa de Setorização do Bairro do Recife na ZEPH-09
FONTE: Google Earth, adaptado pela autora, 2012.

Os investimentos do Monumenta/Bid, se destinaram ao Polo Alfândega e ao Conjunto Chanteclair. Para que fosse conseguido captar um montante financeiro mais elevado, foi encaminhado o processo para tombamento a nível federal do Bairro do Recife, em 1998 com um polígono correspondente a 186mil m² como conjunto arquitetônico, visto que só havia como bem tombado a Igreja da Madre de Deus. O processo foi aprovado e registrado no mesmo ano.

O Porto Digital, teve início como um projeto menor, iniciado desde 1998, o Softex, com funcionamento em um único prédio que abrigaria o Centro de Negócios da tecnologia da Informação como parte dos serviços modernos idealizados para o bairro. Um projeto mais ambicioso do Governo do Estado o transforma em Projeto Porto Digital, que concentraria todos os órgãos e empresas do setor da indústria da tecnologia da informação.

O Projeto Luz para o Recife Antigo, contou com a participação do Governo do Estado, da Prefeitura da Cidade do Recife - PCR, da Fundação Roberto Marinho, das Centrais Elétricas Brasileiras S/A - Eletrobrás, da Companhia Hidroelétrica do São Francisco – Chesf e Companhia Energética de Pernambuco – Celpe. A intensão do projeto era o embutimento da rede elétrica, a instalação de subestações no próprio bairro e a instalação de iluminação pública especial para valorização do

bairro, em especial o Polo Bom Jesus, e de alguns edifícios de destaque, como o Teatro Apolo e a Torre Malakoff e no Marco Zero os edifícios da Bolsa de Valores, (atualmente Caixa Cultural), do Espaço Cultural Bandepe, e da Associação Comercial, além das pontes Buarque de Macedo e Maurício de Nassau. O projeto teve início mas não foi concluído. De qualquer modo só contemplava a porção sul. Vale salientar que, apesar da inexistência de um acesso somente, a limpeza e manutenção do local e uma iluminação especial já diminuiria a sensação de abandono do mesmo e o desconhecimento por parte da população, pois, desta forma, o monumento poderia ser avistado de diversos pontos da cidade.

Ainda nesta época, acontece a desapropriação pela PCR do prédio da Sinagoga Zur Israel, no nº 197 da Rua do Bom Jesus, de grande importância para a comunidade judaica, por ser a primeira Sinagoga das Américas. A desapropriação foi feita pela Prefeitura e a requalificação ficou sob a responsabilidade da iniciativa privada, neste caso da Federação Israelita (VIEIRA, 2008).

Neste mesmo período, em 1998 a PCR anunciou que a área da Cruz da Patrão faria parte de um novo ponto turístico para o Polo Pilar no Bairro do Recife. Dentro desta proposta a área seria transformada em um ponto de visitação, com a construção de um acesso para pedestres beirando o Rio Beberibe com 200 metros de extensão. A rua Ascânio Peixoto, já existente dentro do Porto do Recife, seria aberta ao público para o acesso de veículos.

O acesso de pedestres seria humanizado com um projeto de urbanização, com passeio com guarda corpo, luminárias e piso em pedra portuguesa além de um projeto de iluminação especial para o monumento. Haveria também estacionamento e quiosques padronizados para suporte aos visitantes. O projeto seria financiado por uma empresa privada que também ficaria responsável pela manutenção da área, o Porto deveria fazer um recuo de 20 metros no muro e a PCR faria melhorias na área portuária (ALVES, 1998).

Esta proposta foi amplamente divulgada nos meios de comunicação da época, como mostra o recorte do Jornal do Commercio de 22 de novembro de 1998, no entanto não foi dada continuidade à execução do projeto. Somente foi feita a abertura ao público da rua Ascânio Peixoto.

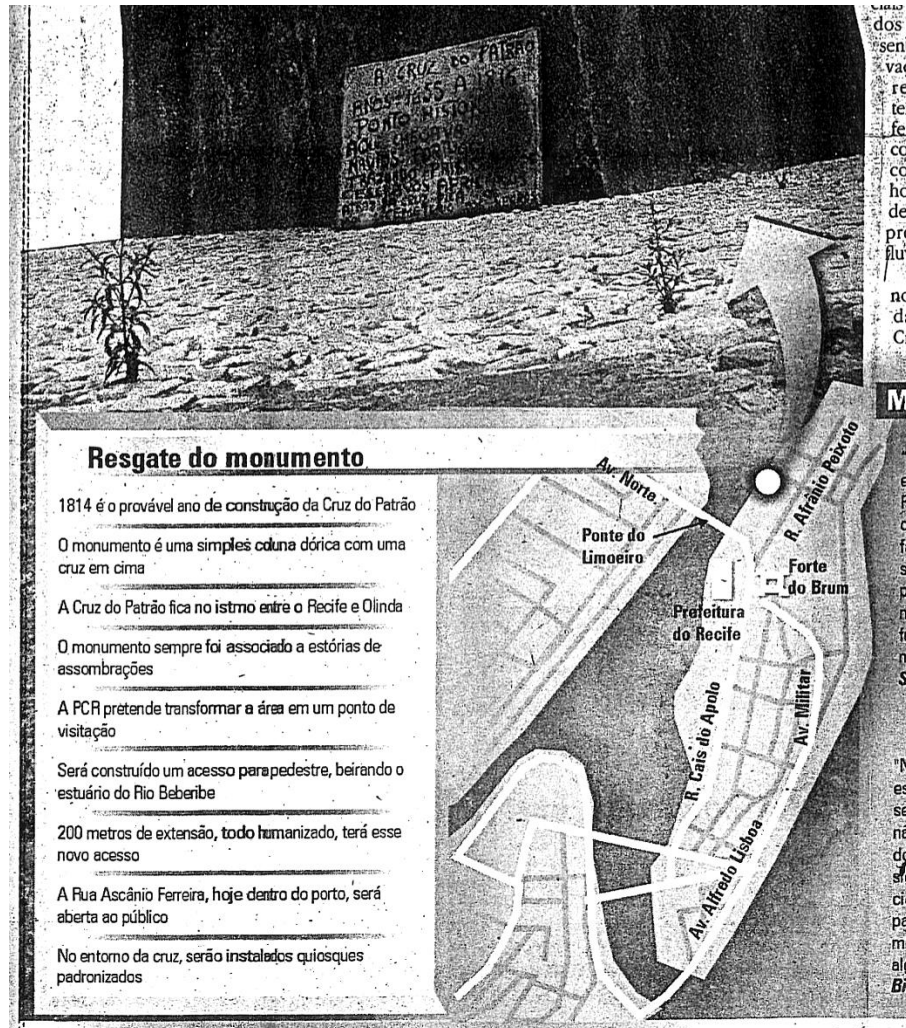


FIGURA 18: Recorte do Jornal do Commercio de 22 de novembro de 1998.
FONTE: Jornal do Commercio, 1998.

Aproximadamente um ano depois, em outubro de 1999, foi apresentado um projeto de revitalização do monumento juntamente com a instalação de um bar e restaurante em um navio que ficaria atracado na área próxima ao monumento.

O navio Gonçalo Coelho, com 68 metros de comprimento, 14 metros de largura e 500 toneladas, ficaria atracado às margens do terreno onde fica o monumento da Cruz do Patrão, com um bar para 200 mesas no deck superior e um restaurante no deck inferior. A área do monumento ganharia uma praça com estacionamento para os visitantes e seria construído um cais com 200 metros de extensão para o acesso de pedestres às margens do rio Beberibe, além de ser instalada uma iluminação especial para o monumento. O projeto também seria financiado pela iniciativa privada, com investimento de R\$ 250 mil reais que seriam para a instalação do bar e do restaurante, a restauração do monumento e a instalação da praça e do

estacionamento, em contrapartida, este poderia explorar turisticamente o local. Como aconteceu com o projeto anterior, este também não foi executado (Jornal do Commercio, 1999).

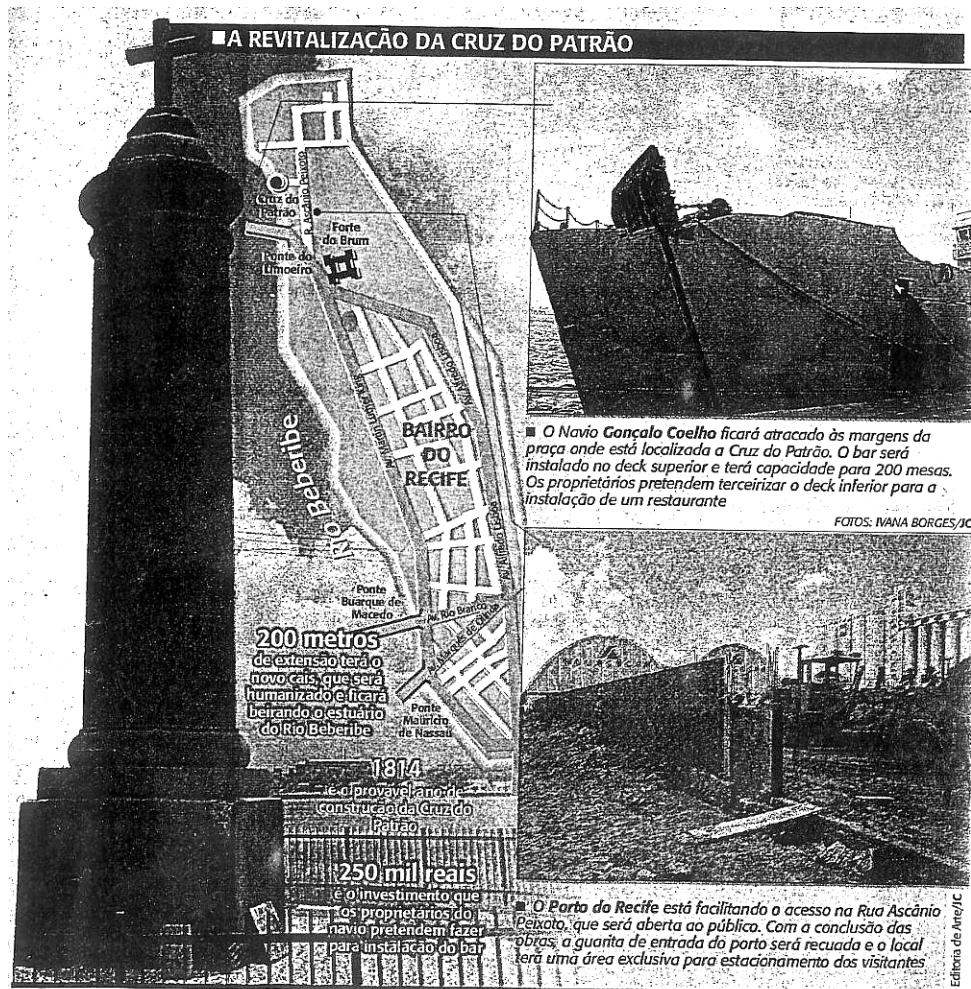


FIGURA 19: Recorte do Jornal do Commercio de 08 de outubro de 1999.
FONTE: Jornal do Commercio, 1999.

Este projeto remontaria a ideia equivocada da exploração econômica do monumento dos anos 80, com a destruição da memória patrimonial, indo de encontro a todos os valores do monumento, para a história e para a cultura afro-brasileira.

Observa-se que praticamente todos os Projetos de Impacto 1 foram executados, no entanto, nenhum dos que compreendem o Projeto de Impacto 2 no Polo Pilar foi concretizado, na verdade não havia recursos garantidos para a execução do Projeto, ocorrendo uma mudança de prioridades do Polo Pilar para o Polo Alfândega, indicando uma preocupação com a valorização econômica, em detrimento da social (VIEIRA, 2008).

Nesta gestão observa-se a preocupação com a valorização econômica através do turismo e do lazer. A tônica era a utilização do patrimônio priorizando a sua exploração econômica e não a promoção da valorização econômica do patrimônio.

O prefeito João Paulo (2001-2004 e 2005-2008) que assume a prefeitura em 2001, iniciou uma nova fase de gestão voltada para as classes sociais mais baixas. Nesta fase ainda de realização do PRBR continuaram em desenvolvimento o Programa Monumenta/Bid, o Porto Digital, o Projeto Luz no Recife Antigo, ampliado com a inserção da estruturação tecnológica e o Prodetur/NE II, agora numa segunda fase. Também foi iniciada a elaboração do Programa de Requalificação Urbanística e Inclusão Social da Comunidade do Pilar - PRUISCP, foram implantados o Projeto “A Reconquista do Lugar – Muralhas do Bairro do Recife, o Complexo Cultural Recife/Olinda, o Programa Morar no Centro e o Projeto Oficina Escola de Restauro.

Com o Programa de Requalificação Urbanística e Inclusão Social da Comunidade do Pilar, o PRBR retomou as ações do Projeto de Impacto 2 com a tentativa de parceria entre a PCR o Porto Digital e o Porto do Recife, agora estatizado, juntamente com a iniciativa privada que já atuava no bairro (Moinho Recife, Alfândega Empreendimentos, Diagonal Urbana e Fábrica de Biscoitos Pilar) e o terceiro setor representado pelo Comitê para Democratização da Informática – CDI, com o objetivo da inclusão social da Comunidade do Pilar. O Programa incluía a requalificação urbanística com a melhoria da infraestrutura urbana, a criação de novos acessos, praças equipamentos e habitações; a inclusão social da comunidade a valorização do patrimônio (Igreja do Pilar e vestígios do Forte de São Jorge). Mais uma vez, o projeto básico foi elaborado, mas não havia recursos para sua execução e o programa não foi implantado na época.

O Projeto “A Reconquista do Lugar” – Muralhas do Bairro do Recife se deu em consequência dos vestígios encontrados durante das escavações realizadas no Projeto Luz para o Recife Antigo e do Programa Monumenta/Bid, na época a PCR resolveu preservar os achados arqueológicos, protegendo-os.

No Projeto Oficina de Restauro, executado pela URB e pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, em parceria com o Ministério do Trabalho, jovens dos bairros de população de baixa renda como o Coque, Coelhos, Santo Amaro e Pilar,

foram qualificados para fazer a recuperação de fachadas e a manutenção de imóveis localizados nos sítios históricos. O projeto ainda gerou renda para essas populações e promoveu ações de educação patrimonial e de conservação do patrimônio histórico-cultural com a recuperação de 17 fachadas (VIEIRA, 2008).

Em abril de 2002, a PCR anunciou o início das obras de restauração do monumento da Cruz do Patrão, acompanhada em uma etapa posterior de uma pesquisa arqueológica a fim de resgatar uma parte da história da comunidade afro-brasileira do município. Depois disso seria elaborado um projeto para a área. De conformidade com os projetos anteriores, a nova proposta deveria contemplar uma via de acesso de pedestres a partir da Ponte Limoeiro, até o terreno onde está o monumento, que pertence à União. Também era intenção arborizar e transformar a área em uma praça e espaço para eventos, além de estudar a possibilidade da construção de um píer para embarcações turísticas (SILVA, 2002).

Nesta época, foi feito o diagnóstico para intervenção do monumento pela Divisão de Recuperação de Monumentos da Prefeitura do Recife, com o levantamento da situação de conservação da época. Foi constatado que a superfície da coluna estava corroída e com existência de impurezas em todo o seu conteúdo; havia rachaduras e perda de material em algumas partes do contorno da coluna; existiam impurezas na superfície da cruz e parasitas vegetais na superfície da pavimentação e havia oxidação e perda de coloração na superfície do gradil (PCR, 2002).

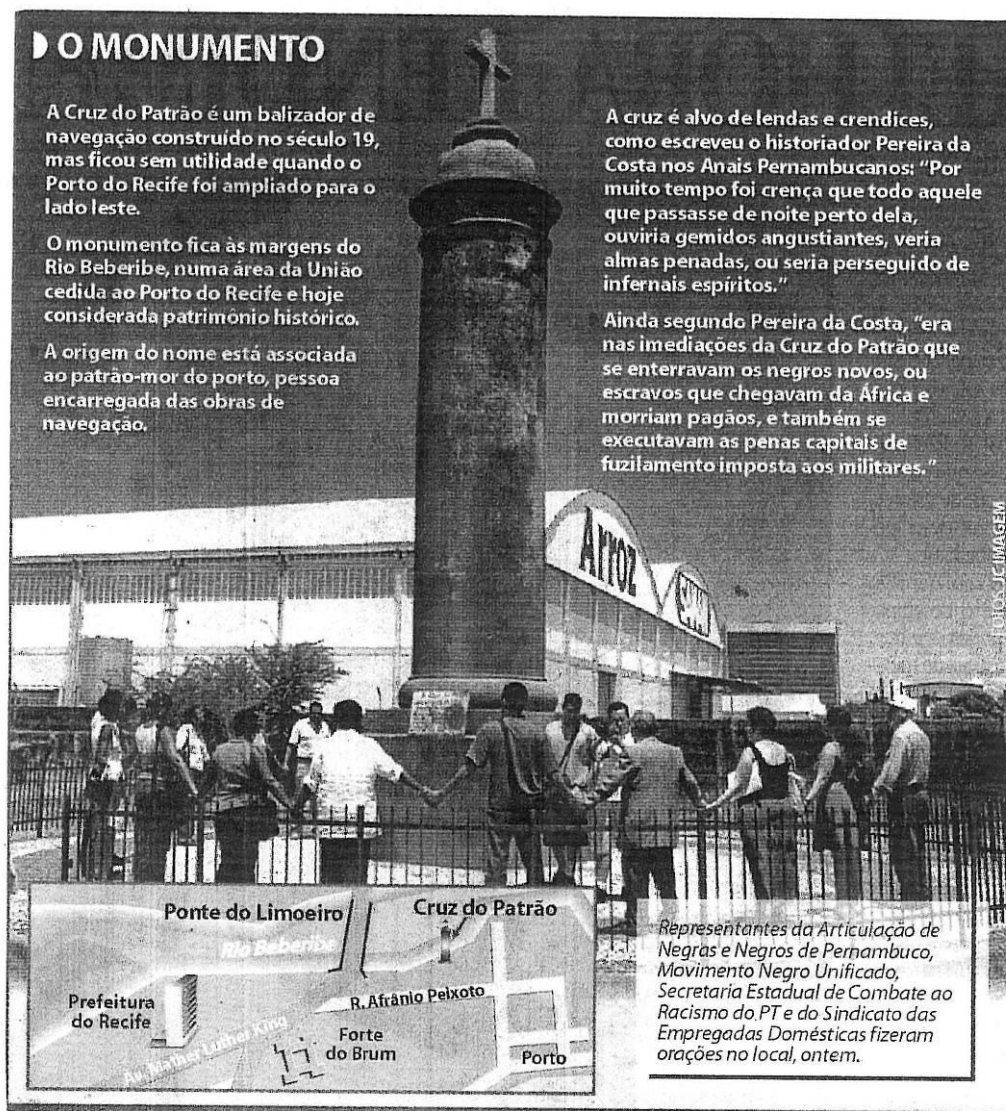


FIGURA 20: Recorte do Jornal do Commercio de 09 de abril de 2002.
FONTE: Jornal do Commercio, 2002.

A restauração foi executada na parte referente à coluna em si. No entanto hoje ainda observa-se alguns dos problemas verificados anteriormente. Há perda de material em algumas partes da base da coluna, parasitas vegetais na superfície da pavimentação, perda de material na pavimentação e oxidação e perda de partes do gradil.

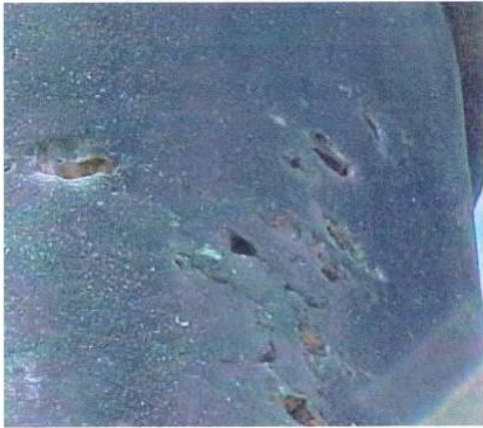


FIGURA 21: Superfície corroída e com existência de impurezas em todo o seu conteúdo
FONTE: PCR, 2002.



FIGURA 22: Rachaduras em partes do contorno da coluna.
FONTE: Acervo da autora, novembro de 2012.

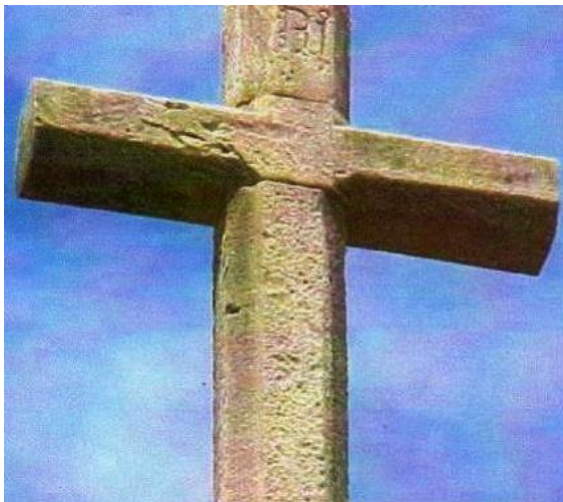


FIGURA 23: Impurezas na superfície da cruz.
FONTE: PCR, 2002.



FIGURA 24: Impurezas, rachaduras e perda de material no capitel da coluna.
FONTE: Acervo da autora, novembro de 2012.



FIGURA 25: Rachaduras e perda de material em partes da base da coluna.
FONTE: PCR, 2002.



FIGURA 26: Restauração executada da recomposição da base da coluna.
FONTE: Acervo da autora, novembro de 2012.



FIGURA 27: Rachaduras e perda de material em partes do contorno da coluna.
FONTE: PCR, 2002.



FIGURA 28: Rachaduras em partes do contorno e da base da coluna.
FONTE: Acervo da autora, novembro de 2012.



FIGURA 29: Rachaduras e perda de material em partes da base da coluna.
FONTE: PCR, 2002.



FIGURA 30: Rachaduras e perda de material em partes da base da coluna.
FONTE: Acervo da autora, novembro de 2012.



FIGURA 31: Parasitas vegetais na superfície da pavimentação e oxidação e perda de coloração na superfície do gradil.
FONTE: PCR, 2002.



FIGURA 32: Parasitas vegetais na superfície da pavimentação e oxidação e perda de coloração e de material do gradil.
FONTE: Acervo da autora, novembro de 2012.

Em setembro de 2002, em reunião realizada com a participação de representantes dos diversos departamentos da PCR, EMLURB e Fundação de Cultura foi discutido o assunto relativo à recuperação da Cruz do Patrão. Foi verificado que não havia processo de tombamento para o monumento e foi sugerida a elaboração e encaminhamento de um processo para o Iphan. Também foi discutida a possibilidade da alocação de recursos do Ministério da Cultura, sendo que para isso seria necessária a elaboração de um projeto preliminar para a captação de recursos. Existia também uma exigência do Porto do Recife, que as obras de restauração só fossem iniciadas quando fosse executada pela EMLURB a pavimentação do entorno no monumento, com material disponibilizado pelo Porto. Seriam apresentadas propostas de uma obra provisória e de fácil exequibilidade devido à necessidade de prospecções arqueológicas. Não se tem mais notícias da execução dessas atividades até 2005 (PCR, 2002).

Uma das obras finalizadas neste período foi o da restauração da Sinagoga Zur Israel, a Primeira Sinagoga da América, que passou a contribuir para o desenvolvimento do turismo religioso.

Este é um dos fatores que se pode trazer como contraponto da questão de interesse e de poder econômico. Independentemente do local onde se encontra (Polo Bom Jesus), reconhece-se a sua importância histórica e cultural, mas também não se pode deixar de notar a diferença de poder econômico e de influência política da comunidade judaica para a comunidade afro-brasileira. Vale salientar que depois da conclusão das obras de recuperação da Sinagoga, esta proporcionou o desenvolvimento do turismo religioso para o local. O local foi construído em 1637 e desativado 17 anos depois. Foi reaberta em 2002, “contando a história judaica em Pernambuco e resgatando a simbologia de uma parcela social que foi determinante para o crescimento econômico do bairro” (VIEIRA, 2008 p. 173). A situação do monumento se assemelha em parte com a da Cruz do Patrão, na medida em que esta também poderia contar a história dos negros no Recife, resgatar a simbologia existente e mostrar um pouco da religião e dos costumes da comunidade.

Como se pode observar, nesta gestão também foi dado prioridade aos valores econômicos, com intervenções modernizadoras em áreas de grande visibilidade. Até este momento o que se observa é que as ações desenvolvidas pelo Plano de

Revitalização do Bairro do Recife se concentraram em ações de exploração do turismo nas áreas do Polo Bom Jesus e do Polo Alfândega.

Como comentado anteriormente, este programa norteador de ações que foi o PRBR prosseguiu, em linhas gerais, até o ano de 2005, em sua grande parte financiado por projetos maiores que eram o Monumenta/Bid, Prodetur e Porto Digital.

A partir de 2005, apesar de se tratar da mesma gestão, teve início uma nova administração no Recife com um novo olhar sobre o centro. Somado a isso, o Ministério das Cidades também realizou o Programa de Reabilitação de Territórios Centrais, no qual o Recife faz parte. Após a realização de um seminário sobre o programa, foi constituída a Agenda do Escritório do Centro, com o destaque para a consolidação da revitalização do Bairro do Recife e a revitalização de outros bairros de igual importância patrimonial com a integração deles enquanto um único território de valor Histórico e com diretrizes que garantissem a sustentabilidade (VIEIRA, 2008).

Foi dada continuidade aos programas em andamento como o Monumenta/Bid na área do Polo Alfândega, do Programa Morar no Centro e do Projeto Oficina Escola de Restauo.

Na gestão do prefeito João Paulo, apesar de ter uma outra visão das prioridades em relação às gestões anteriores no que se refere a questão social, também não se verificou um avanço efetivo em relação à recuperação no monumento para a sociedade, sendo feito apenas o diagnóstico e restauração do mesmo. Na segunda gestão, em 2005, apesar de ter havido as escavações arqueológicas, o projeto requalificação não foi executado. Em relação aos outros projetos executados no bairro, o valor investido no documento pode ser considerado insignificante (R\$ 144,3 mil).

Em abril do mesmo ano foi assinado o convênio do projeto do Complexo Turístico Cultural Recife-Olinda entre as prefeituras das duas cidades, o Governo do Estado e o Governo Federal. O objetivo do projeto, que mais tarde passou a se chamar apenas Projeto Recife-Olinda, era priorizar ações estratégicas a serem implementadas em um conjunto de territórios da RMR, mais especificamente na área entre Brasília Teimosa e o Sítio Histórico de Olinda, contribuindo para o

desenvolvimento histórico, cultural, tecnológico, econômico, social e ambiental da região. Ele é resultado da junção de uma série de projetos que vinham sendo desenvolvidos em instâncias separadas. (VIEIRA, 2008). O Ministério das Cidades participa na coordenação do projeto e tem a preocupação de garantir que os terrenos da União da área cumpram sua função social, democratizando o uso dos espaços reabilitados e promovendo e mantendo a habitação social. A ideia é de tratar o território como um conjunto especial, alinhando a história e o patrimônio com a valorização econômica e cultural, com investimentos para a restauração de monumentos e edificações e o reaproveitamento de áreas subutilizadas. A previsão de duração do projeto era de 20 anos.

O projeto propõe ainda instrumentos de integração e planejamento que promovam uma integração do planejamento e da gestão do território com a gestão das atividades turístico-culturais na área de abrangência. Entre outras coisas, busca a salvaguarda e proteção do patrimônio cultural (sítios, edifícios, ocorrências e etnografia), a valorização das frentes d'água (Rios Capibaribe e Beberibe, bacia do Pina e Oceano Atlântico) e a valorização dos espaços públicos.

Em relação ao patrimônio a área está sobre um sítio arqueológico urbano e apresenta além de cinco sítios históricos, vários edifícios significativos isolados, que além de seu valor artístico, cultural e histórico, representam também elementos marcantes da paisagem.

É possível perceber, também, a existência de edificações tombadas dentro da área de intervenção, nas quais se destacam, principalmente, as fortificações do Brum e das Cinco Pontas.

Ainda na Zona de Intervenção encontra-se o conjunto de armazéns portuários ao longo da avenida Alfredo Lisboa, que configura o bairro e a cidade do Recife como uma cidade portuária, conforme sua vocação natural, e o conjunto da Igreja de Santo Amaro das Salinas e do Cemitério dos Ingleses (BRASIL, 2006 p. 31).

A área está num território que é testemunho da sua evolução urbana, de ocupações sobrepostas de várias épocas, desde as do período colonial, da ocupação holandesa e portuguesa, até a modernização da área do porto (BRASIL, 2006).

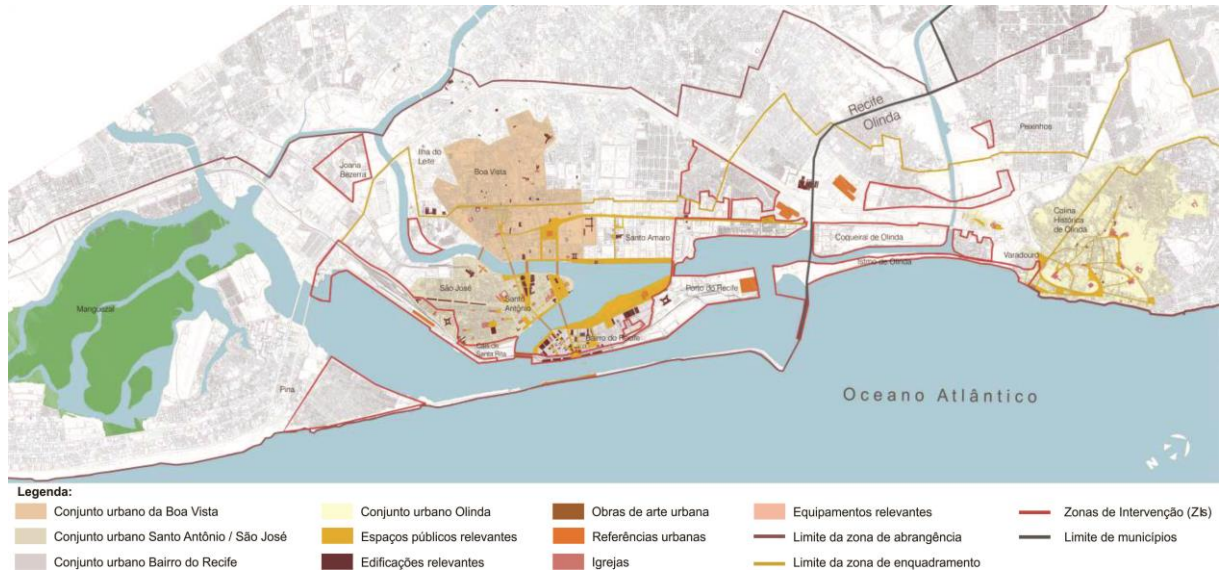


FIGURA 33: Referências Urbanas do Projeto Recife-Olinda.
FONTE: Projeto Urbanístico Recife-Olinda, 2006.

O projeto dividiu a área em quatro territórios: Olinda, Tacaruna, Recife e Brasília Teimosa. Também define três zonas: de Intervenção (ZI's), de Enquadramento (ZE's¹⁶) e de Abrangência (ZA's¹⁷). A Zona de Intervenção, corresponde às áreas predominantemente vazias, ociosa ou com uso que possa ser desativado, além de áreas ocupadas por favelas. Essa zona foi dividida em 12 setores. O Bairro do Recife integra a ZI com os setores do Porto do Recife (Setor 03) e do Pilar (Setor 05), dentro do território do Recife, tratado aqui (BRASIL, 2008).

¹⁶ As Zonas de Enquadramentos são as áreas próximas às Zonas de Intervenção, foco de posteriores operações urbanas e investimentos complementares.

¹⁷ As Zonas de Abrangência são áreas no entorno das Zonas de Intervenção e de Enquadramento, desde a Colina Histórica de Olinda até o parque da ex-estação do Pina, sendo a área total do Complexo Cultural Recife-Olinda.



FIGURA 34: Plano com zonas e setores do Projeto Recife-Olinda.

FONTE: Projeto Urbanístico Recife-Olinda, 2006.

O setor 03 do Porto do Recife compreende toda a extensão do Porto do Recife que se encontra no Bairro do Recife abrangendo a faixa leste e a porção norte da Ilha. Grande parte desta área estava sem uso ou subutilizada com o deslocamento de parte da movimentação de carga para o Porto de Suape. Na parte norte da ilha, dentro do terreno do Porto, está inserida a Cruz do Patrão.

De acordo com a proposta do projeto apresentado, neste setor seriam feitas a reestruturação do Porto com a manutenção do cais norte, a agregação de novas funções portuárias como o terminal marítimo e de passageiros, a valorização do patrimônio histórico e urbano (Forte do Brum, Terminal de açúcar e silos portuários), o resgate do antigo caminho de articulação entre Recife e Olinda (o istmo), a destinação de parte da área para o mercado popular de habitação, comércio e serviços e outra para a diversidade funcional (escritórios, habitação comércio e equipamentos turísticos e de lazer) e de passeios públicos e a construção de uma nova ponte para articulação direta da porção norte da ilha à Vila Naval, outro setor do projeto.



FIGURA 35: Fotografia aérea do Setor 03 – Porto do Recife do Projeto Recife-Olinda.
FONTE: Projeto Urbanístico Recife-Olinda, 2006.



FIGURA 36: Projeto Urbanístico do Setor 03 – Porto do Recife do Projeto Recife-Olinda.
FONTE: Projeto Urbanístico Recife-Olinda, 2006.



FIGURA 37: Maquete eletrônica do Projeto Urbanístico do Setor 03 – Porto do Recife do Projeto Recife-Olinda.

FONTE: Projeto Urbanístico Recife-Olinda, 2006.

As discussões sobre este projeto, mais especificamente sobre um complexo turístico cultural, estavam em andamento desde os anos 90, na mesma época em que foi implantado o Plano de Revitalização para o Bairro do Recife – PRBR, já incluindo a criação do Porto Digital. Desta forma, diversas obras do complexo foram sendo desenvolvidas ao longo desse tempo, financiados por grandes programas como o Monumenta/Bid, o Prodetur, o Prometrópole¹⁸, o Porto Digital e o Habitar Brasil¹⁹ (BRASIL, 2006). Um exemplo de ação desenvolvida foi a implantação do Programa

¹⁸ Programa de Infra-Estrutura em Áreas de Baixa Renda da Região Metropolitana do Recife (RMR) - PROMETRÓPOLE é coordenado pelo Governo do Estado, através da Agência Condepe/Flidem e executado em parceria com as Prefeituras do Recife e de Olinda (PROMETRÓPOLE, 2012).

¹⁹ Programa realizado com os recursos previstos de Contrato firmado entre a União Federal e o BID. Tem como Órgão Gestor o Ministério das Cidades, sendo a CAIXA o agente financeiro, técnico e operacional e responsável pela implementação do programa. Objetiva a promoção de intervenções em assentamentos subnormais, localizados em regiões metropolitanas, capitais de estado e aglomerações urbanas (CAIXA, 2012).

de Requalificação Urbanística e Inclusão Social da Comunidade do Pilar, viabilizado a partir do projeto (NERY, 2008).

Paralelamente à implantação do PRUISCP, após longo período de abandono e degradação, tendo sofrido inclusive saques, o Iphan disponibiliza recursos para a reconstrução da cobertura da Igreja do Pilar e promove articulações para a realização dos serviços de restauro nos moldes de uma escola-obra, através de um convênio de cooperação ente o Iphan, a PCR e uma organização não governamental financiada por uma fundação holandesa de cooperação internacional. O objetivo era promover o envolvimento e a participação da comunidade no processo de preservação do bem, visando garantir sua preservação. A intenção era de preparar o monumento para atender aos usos sociais suprindo as necessidades da Comunidade do Pilar (IPHAN, 2009).



FIGURA 38: Imagem do início das obras de Restauração da Igreja do Pilar.
FONTE: IPHAN/2009



FIGURA 39: Imagens da Igreja do Pilar restaurada.

FONTE: Acervo da autora, novembro/2012.

Em relação ao Projeto Recife-Olinda, o que primeiro chama atenção é não haver referência do monumento no projeto, principalmente como área de relevância. A preocupação se dá apenas em relação aos bens tombados, como é o caso do Forte do Brum e a outros testemunhos da evolução da ocupação do território, como é o caso dos terminais açucareiros e dos silos.

Como proposta está o resgate do caminho de articulação entre Recife e Olinda, no caso uma releitura do istmo. Vale salientar que a Cruz do Patrão era um elemento importante na paisagem desta ligação, assim como a sua relação com o Forte do Brum e o Forte do Buraco, não mais existente atualmente, mas havendo a possibilidade de serem encontrados vestígios no local onde existiu. Há também uma relação deste com Igreja de Santo Amaro das Salinas, esta citada no projeto, uma vez que como marco de navegação, a igreja fazia parte do alinhamento para entrada no porto.

Apesar do foco nas atividades turístico-culturais e da preocupação com o patrimônio cultural, não se vê nenhuma preocupação especial para o tratamento do monumento, com o seu resgate histórico e cultural, nem como marco de navegação

nem como marco da história afro-brasileira. A partir das imagens do projeto urbanístico proposto, o que se observa é apenas um tratamento urbanístico no local, que deve ter uma maior visibilidade uma vez que ficará na área lateral da ponte que ligaria a porção norte da ilha à Vila Naval.

Independentemente do projeto, em março de 2005, a Prefeitura do Recife, retomando as discussões de 2002 e atendendo uma solicitação da Comunidade Negra do Recife, financiou as escavações arqueológicas da Cruz do Patrão, realizada pelo Departamento de Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e Preservação do Patrimônio da UFPE, visando o seu resgate histórico. As atividades tiveram a duração de cinco meses e foram acompanhadas por uma comissão da comunidade afro-brasileira.

Como resultado das escavações descartou-se a crença de cemitério, no entanto, caracterizou o monumento como local de realização de práticas afro-religiosas, realizadas desde o século XIX. As escavações foram realizadas para servir de base para o projeto de urbanização da área que seria realizado em seguida, o que até o momento não aconteceu. As escavações tiveram um investimento de R\$ 144,3 mil por parte da Prefeitura (PCR, 2005) e o projeto do entorno teria um custo de R\$ 2 milhões que deveria ser financiado pelo Prodetur. No projeto estavam previstos a construção de uma esplanada, de museu temático, loja para venda de artigos turísticos, lanchonete, estacionamento, ciclovia e urbanização da margem do rio Beberibe (GRUPO, 2004).



FIGURA 40: Escavações arqueológicas na Cruz do Patrão.

FONTE: RAMOS, 2006 disponível em *Clio Arqueológica* n. 23 – vol. 2, 2008.

Em 2007, a Prefeitura do Recife promoveu o Fórum Cruz do Patrão, onde foram apresentadas ações para a Cruz do Patrão, destinadas aos representantes da comunidade afro-brasileira. O objetivo era que a partir da participação dos grupos fosse montado o Termo de Referência do projeto executivo a ser contratado, para a revitalização do local. O Fórum teve a participação, além dos representantes da Comunidade Negra do Recife, do Banco do Nordeste, do Porto do Recife, das Secretarias de Cultura e de Turismo da Prefeitura do Recife, do Iphan, do Ministério da Cultura e do Prodetur PE.

O anteprojeto propunha a criação de um centro de formação afro-brasileira ao lado do monumento com o objetivo de fortalecer o turismo no local (MONUMENTO, 2007).

Em 2009, assume a prefeitura da Cidade do Recife o prefeito João da Costa (2009-2012), eleito com o apoio do ex-prefeito João Paulo. Durante a gestão, foi dada

continuidade aos projetos em andamento, tais como o Monumenta/Bid na área do Polo Alfândega, e iniciado o Programa de Requalificação Urbanística e Inclusão Social da Comunidade do Pilar, que se encontra em andamento.



FIGURA 41: Imagens das obras de na Comunidade do Pilar.
FONTE: Acervo da autora, setembro/2012

Em 2009, a Prefeitura coloca novamente na sua agenda a transformação da Cruz do Patrão no mais novo equipamento turístico-religioso da cidade, com o projeto de requalificação e construção de um complexo que serviria de referência para a cultura afro-brasileira. A proposta era de uma estrutura para a frequência de visitantes, com uma área total de uso de mais de 10 mil m², com a construção de um prédio administrativo (com biblioteca ou livraria sobre a cultura afro-brasileira), auditório, lojas, salão de exposição, restaurante, cafeteria e estacionamento. Estava previsto ainda um passeio às margens do rio Beberibe e três píeres para atracação de catamarãs. De acordo com a imprensa local, o projeto foi bem recebido pelos representantes da Comunidade Negra, uma vez que valorizaria, de alguma forma, o turismo religioso (PCR, 2009).

Este projeto também era de iniciativa da Prefeitura do Recife, por meio da Secretaria de Turismo, e seria executado pelo Governo do Estado com investimento do Prodetur Nacional. A estimativa era de que o edital do projeto fosse lançado até o final do ano de 2009 (PCR, 2009).

O projeto apresentado, foi levado para uma consulta da comunidade afro-brasileira. No fórum realizado, foram ouvidas as sugestões para alteração do projeto e essas foram acatadas pelo arquiteto responsável. Posteriormente, o projeto final aprovado pela comunidade tinha o palco do auditório circular, em referência às “rodas” presentes na cultura afro-brasileira, como roda de capoeira, roda de samba, etc (LIMA,2010).

O projeto não foi levado adiante. Após a apresentação e alterações feitas, deveria ser elaborado o Termo de Referência para a elaboração do projeto executivo e posterior execução, o que não se tem notícia até hoje.



FIGURA 42: Imagens preliminares do reestudo para a Cruz do Patrão.

FONTE: LIMA, 2010, disponível em < <http://barroslima.com/?p=191>>

O que se veiculou na imprensa, em 2009, foi que a Secretaria de Turismo de Pernambuco tinha anunciado a liberação de verbas para a restauração da Cruz do Patrão como parte de um conjunto maior de obras do Estado. Dentre os projetos contemplados estaria o da Cruz do Patrão. Os recursos seriam para a elaboração de

projeto para a urbanização no perímetro de atuação do monumento, compreendendo as intervenções de requalificação física e a execução do projeto de agenciamento do Monumento Cruz do Patrão e do Centro Cultural com investimento de R\$ 5 milhões. Mesmo após o anúncio com a aparente garantia de recursos para a execução do projeto, este não foi levado adiante (MELO, 2009).

Sendo promessa de campanha do governador Eduardo Campos, ainda no Bairro do Recife, desde 2008 já fazia parte dos projetos estruturadores do Porto do Recife, a sua recuperação. Para ele, o Porto deveria continuar tendo as atividades de sua origem e de sua vocação. O projeto de revitalização previa a recuperação da movimentação de cargas e a implantação de vários tipos de atividades não operacionais com investimentos públicos e privados, para a construção de equipamentos de cultura e lazer, Centro de Convenções, escritórios comerciais, hotéis e marinas, além de um terminal de passageiros. O órgão responsável pela regulamentação e análise do projeto era a Agência Nacional de Transportes Aquaviários - Antaq (CAMAROTTO, 2009).

Em 2010 ficou pronta a primeira etapa do terminal de passageiros no armazém 7, construído em 1912 na época da primeira reforma do Porto, ao custo de R\$ 1,7 milhões, oriundos do Governo do Estado. No mesmo ano foi lançado o edital para a licitação da segunda etapa do projeto, com orçamento de R\$ 17 milhões, financiados com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC para a Copa de 2014, do Governo Federal. Também nesta época foi iniciado o processo de licitação para a urbanização da área portuária entre a ponte giratória e o Forte do Brum, com orçamento de R\$ 25 milhões, financiados pelo Governo do Estado. Os armazéns 09, 13, 14, 15, 16 e 17 seriam disponibilizados para a iniciativa privada para a realização da requalificação. Ao todo o projeto abrange uma faixa de 1,3km de cais. Nos armazéns 10 e 11, funcionaria o Museu Luiz Gonzaga²⁰ e uma central do artesanato. O objetivo do projeto era que com a melhoria do terminal e a urbanização e requalificação dos armazéns, a área portuária se integrasse ao Bairro do Recife, retomando sua vocação comercial e seu potencial turístico (PASSOS, 2010).

²⁰ Previa a demolição do armazém 10 para a construção do museu com recursos federais do Ministério da Cultura e contrapartida do Porto do Recife.

O projeto previa a demolição do Armazém 10 parte integrante do conjunto urbano do corredor da Avenida Alfredo Lisboa, de significativo valor ambiental e parte do patrimônio industrial da cidade, onde as unidades individuais apesar de não possuírem qualidade figurativa excepcional, são testemunhos da arquitetura portuária fruto da reforma que o bairro sofreu no início do século XX (BRENDELE, 2012).

Este projeto foi denominado Porto Novo - Operação Urbana do Cais do Porto e praticamente substituiu o Projeto Recife-Olinda²¹ que enfrentou dificuldade de administração e acabou não sendo um projeto com a integração esperada. Atinge apenas a área portuária que não está sendo utilizada pelo Porto, neste caso os armazéns da costa leste da ilha, e posteriormente a área dos armazéns 15, 16, 17 e do prédio da Conab, no Bairro de Santo Antônio.

Hoje, toda a área onde os investimentos são públicos estão em obra, como a urbanização da área entre os armazéns 07 e 14, a construção do Terminal de Passageiros e do Museu Luiz Gonzaga (Cais do Sertão Luiz Gonzaga). Está pronta a Central de Artesanato de Pernambuco que funciona no local do armazém 11.

²¹ De acordo com o ex-secretário de Ciência e Tecnologia no governo Jarbas Vasconcelos, Claudio Marinho, que esteve à frente do projeto, em entrevista ao Jornal do Commercio em janeiro de 2011 "Para ter viabilidade econômica, era necessário que toda a área do projeto fosse administrada por uma única organização, o que não ocorreu" (BELFORT, 2011).



FIGURA 43: Imagens de uma das obras concluídas do Projeto Porto Novo - Central de Artesanato de Pernambuco.

FONTE: Acervo da autora, novembro/2012



FIGURA 44: Imagens das obras de construção do Projeto Porto Novo - parte do Cais do Sertão Luiz Gonzaga.

FONTE: Acervo da autora, novembro/2012

Em dezembro de 2011, em função da necessidade de ampliação de espaços para importação de maquinário e estoque de veículos na área operacional, a administração do Porto anunciou que estava estudando a possibilidade de mudar o monumento da Cruz do Patrão de local. A intenção era de levar o monumento para uma das duas praças na entrada do porto (MELO, 2011).

Após essas declarações, ao que parece, a área do monumento foi considerada como operacional para o porto, uma vez que a área contemplada pelo projeto Porto Novo de revitalização era a não-operacional, e foi cogitada a intenção de deslocamento do monumento para a construção de pátio de estocagem. Ao analisar essa intenção, observa-se que ainda existe o pensamento na administração pública, da ideia modernizadora no final do século XIX, onde "a modernização é sinônimo de destruição do antigo e construção do novo e moderno. Qualquer relação, lembrança, reminiscência do passado colonial deve ser esquecida..." (VIEIRA, 2008 p. 71)

Parece que a destruição do Armazém 10, parte de uma composição espacial de um conjunto ambiental que confere a identidade portuária do Bairro do Recife não foram suficientes.

Em função dessa notícia e, agora, de um perigo de destruição concreto, em 19 julho de 2012, foi dada entrada no processo de tombamento e preservação rigorosa do monumento e entorno da Cruz do Patrão no Conselho Estadual de Cultura, o qual foi aprovado, por unanimidade, em 29 de agosto deste ano. Também foi dado encaminhamento ao processo em termos federal (ASSIS, 2012).

A necessidade do pedido de tombamento se deu para garantir a preservação do monumento no local, pelo menos enquanto durar o processo e este não for aprovado pelo estado (DOLORES, 2012).

Apesar do pedido de tombamento e da garantia do monumento no local, em novembro de 2012, observou-se uma redução de mais da metade da área em relação à área existente anteriormente, em que o monumento está inserido. Nesta parte do terreno está sendo instalada uma empresa que, de acordo com operários que se encontravam no local, seria de pescados. Verificou-se que restou apenas um recuo de aproximadamente 15 metros em relação ao monumento, um pouco maior que o do lado oposto que é de aproximadamente 10 metros.



LEGENDA:

 Delimitação anterior do terreno

 Área de instalação da empresa

FIGURA 45: Imagem com delimitação da área da Cruz do Patrão e de instalação da empresa.
FONTE: Google Earth, adaptado pela autora, 2012



FIGURA 46: Imagem da área em setembro de 2009.
FONTE: Acervo da autora, setembro/2009



FIGURA 47: Imagem da área em novembro de 2012, com o muro de delimitação da empresa.
FONTE: Acervo da autora, novembro/2012



FIGURA 48: Imagem da entrada do terreno em novembro de 2012, com a área reduzida.
FONTE: Acervo da autora, novembro/2012

Como foi visto, durante muito tempo os investimentos foram centralizados nas obras e nos projetos de importância e valoração econômica e não nos de valor social e cultural. Foram sempre deixados para um segundo plano, os projetos em áreas que não eram visíveis, nem eram de importância para a frequência da elite, como foi o caso da Comunidade do Pilar e da Cruz do Patrão. Na maior parte das vezes os projetos existiam, mas não havia recursos para sua execução, apesar de existirem altas somas para serem investidas nos outros projetos.

Até aqui, foi traçado um panorama geral das ações desenvolvidas na área do Bairro do Recife e do Porto, onde se encontra o monumento, com a análise das motivações da sua inclusão ou não nos projetos existentes para a área e o seu sentido para o poder público. Este panorama encontra-se esquematizado no quadro abaixo:

QUADRO 1. Quadro resumo das atividades realizadas por gestão

Anos/Gestão	Atividades realizadas	
	para o bairro	para o monumento
1985-1988 Jarbas Vasconcelos	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração do Plano de Reabilitação do Bairro do Recife 	<ul style="list-style-type: none"> • Nenhuma ação foi realizada.
1989-1992 Joaquim Francisco	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecimento de ZET's (área sul da ilha) com incentivo de exploração turística; • Encomenda do Plano de Revitalização do Bairro do Recife - PRBR 	<ul style="list-style-type: none"> • Nenhuma ação foi realizada.
1993-1996 Jarbas Vasconcelos	<ul style="list-style-type: none"> • Implantação do PRBR; • Realização de ações do Projeto de Impacto 1: Rua do Bom Jesus; • Realização de ações do Projeto de Impacto 2: abertura da Av. Alfredo Lisboa; • Implantação e realização do Projeto Cores da Cidade. 	<ul style="list-style-type: none"> • Nenhuma ação foi realizada.
1997-2000 Roberto Magalhães	<ul style="list-style-type: none"> • Realização de ações do PRBR: • Realização de ações do Projeto de Impacto 1: restauração do Teatro Apolo e Torre Malakoff, recuperação de fachadas Av. Alfredo Lisboa, Implantação do terminal Marítimo no Armazém 12 e reforma da Praça do Marco Zero; • Recuperação da Ponte do Limoeiro, a urbanização do entorno do Forte do Brum e a Requalificação Urbana do Portal Norte da Ilha do Recife • Aprovação da lei 16.290/97 • Implantação e realização do Projeto Cores da Cidade II; • Implantação do Monumenta/Bid (Polo Alfândega e Conjunto Chanteclair); • Implantação do Projeto Luz para o Recife Antigo; • Implantação do Porto Digital. 	<ul style="list-style-type: none"> • Anúncio de que a área do monumento seria um ponto turístico do Polo Pilar - Ponto de visitação com acesso pela orla do Rio Beberibe e pela Av. Ascânio Peixoto. - Feito somente a abertura ao público da rua. • Apresentação do Projeto de revitalização do monumento e a instalação de um Navio-Bar - não realizado.

2001-2004 João Paulo	<ul style="list-style-type: none"> • Realização de ações do PRBR: <ul style="list-style-type: none"> • Realização de ações do Projeto de Impacto 2: elaboração do Programa de Requalificação Urbanística e Inclusão Social da Comunidade do Pilar - PRUISCP; • Continuação do Programa Monumenta/Bid (Polo Alfândega e Conjunto Chanteclair); • Continuação do Projeto Luz para o Recife Antigo; • Continuação do Porto Digital; • Implantação e realização do Projeto “A Reconquista do Lugar – Muralhas do Bairro do Recife; • Implantação do Programa Morar no Centro; • Implantação do Projeto Oficina Escola de Restauo; • Elaboração do Projeto Complexo Cultural Recife-Olinda; • Finalização da restauração da Sinagoga Zur Israel. 	<ul style="list-style-type: none"> • Realização de diagnóstico e restauração do monumento; • Anuncio de uma pesquisa arqueológica para posterior elaboração de projeto para a área.
2005-2008 João Paulo	<ul style="list-style-type: none"> • Continuação do Programa Monumenta/Bid (Polo Alfândega e Conjunto Chanteclair); • Continuação do Porto Digital; • Continuação do Programa Morar no Centro; • Continuação do Projeto Oficina Escola de Restauo; • Assinatura do Convênio do Projeto Complexo Cultural Recife-Olinda; • Implantação do PRUISCP; • Implantação do Projeto Obra-Escola. 	<ul style="list-style-type: none"> • Realização da pesquisa arqueológica a partir de convênio com a UFPE; • Anuncio de projeto para o entorno do monumento; • Realização do Fórum Cruz do Patrão para discussão sobre o Projeto de
2009-2012 João da Costa	<ul style="list-style-type: none"> • Início das obras do PRUISCP; • Continuação do Programa Monumenta/Bid (Polo Alfândega e Conjunto Chanteclair); • Continuação do Porto Digital; • Implantação do Projeto Porto Novo - Operação Urbana do Cais do Porto; 	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentada proposta de requalificação da Cruz do Patrão - estimativa de lançamento de edital para contratação até dez 2009 - não realizado; • Anúncio da liberação de verbas pelo Prodetur para execução do projeto; • Anúncio da intensão de mudança do local da Cruz pela administração do Porto do Recife; • Pedido de tombamento do monumento da Cruz do Patrão e aprovação pelo Conselho Estadual de Cultura; • Pedido de Tombamento ao Iphan; • Redução da área do terreno de inserção do monumento.

INTERVENÇÕES URBANAS BAIRRO DO RECIFE X CRUZ DO PATÃO

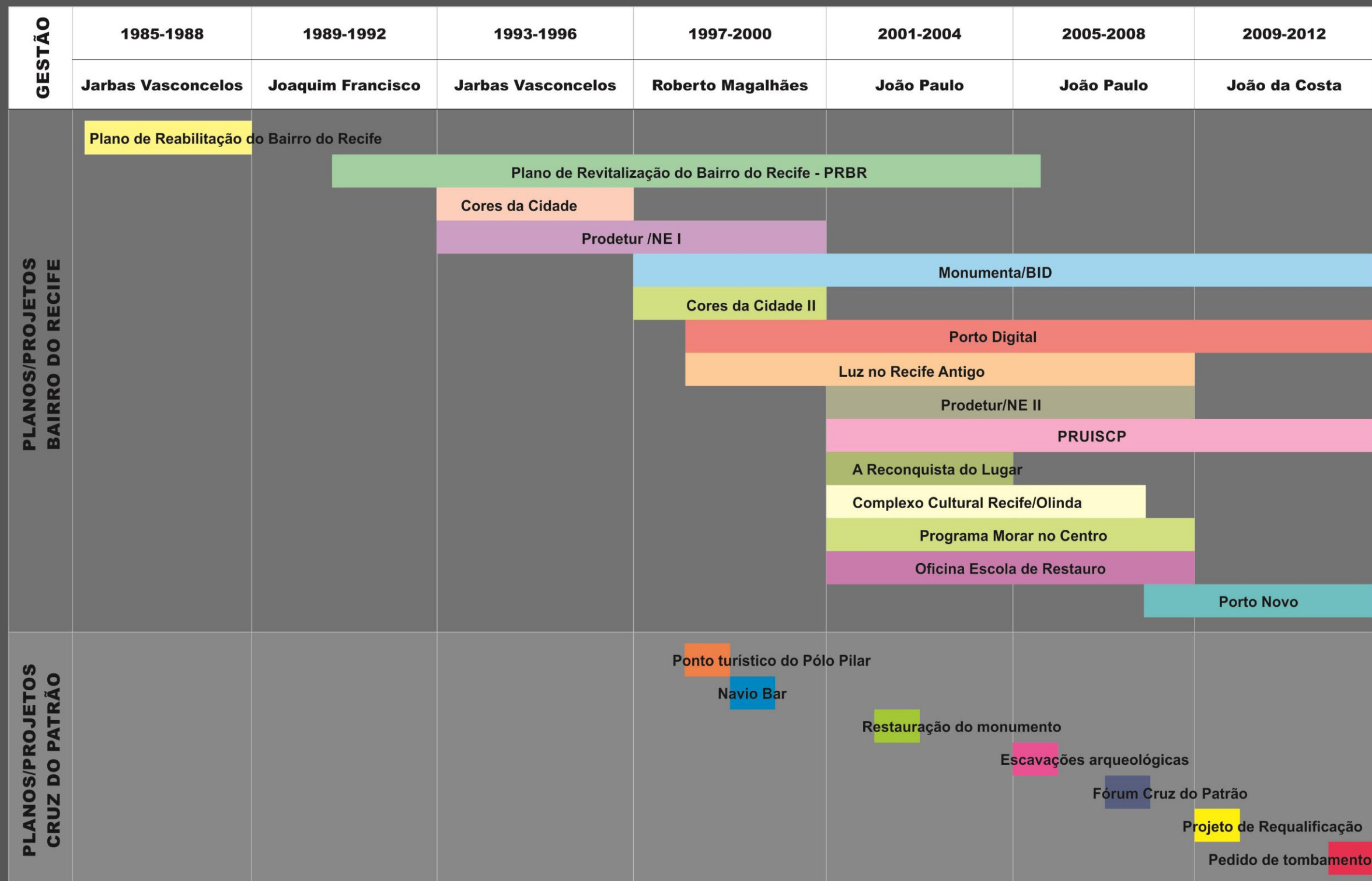


FIGURA 49: Linha do tempo das intervenções urbanas no Bairro do Recife e na Cruz do Patrão.
FONTE: Elaborado pela autora, 2012

*O sentido da preservação do patrimônio
recomendações para intervenção*



CAPÍTULO 4. O SENTIDO DA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO - RECOMENDAÇÕES PARA INTERVENÇÃO

Após se ter conhecimento do bem e das atividades desenvolvidas na área do Bairro do Recife e do Porto, apresenta-se aqui o sentido da preservação da Cruz do Patrão e a indicação de um conjunto de recomendações para intervenção para a área do monumento, partindo da lógica da Conservação Integrada.

Observa-se que existe a participação de dois conjuntos de atores atuantes nos processos de revitalização do monumento: o poder público e entidades através de seus técnicos²², e a comunidade afro-brasileira. O olhar que cada uma dessas tem sobre o monumento são diferentes entre si, com conflitos em relação aos valores culturais e econômicos.

4.1. O SENTIDO DA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO

Identifica-se a partir do estudo realizado e das entrevistas feitas que o sentido da preservação da Cruz do Patrão se apresenta de forma diferente para a comunidade científica e para a comunidade afro-brasileira.

a) Para a memória da navegação

Para os técnicos, a preservação da Cruz do Patrão se dá no sentido da conservação do patrimônio e de sua manutenção no local em que se encontra, como monumento náutico nacional.

²² Considera-se aqui como técnicos, pesquisadores e representantes de entidades ligados à preservação do patrimônio como do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco e do Instituto Ricardo Brennand.

A partir de entrevistas e reportagens com representantes de entidades ligadas à preservação do patrimônio, o monumento figura como o mais antigo do Recife. Além disso ao longo dos séculos XVIII e XIX e boa parte do século XX, foi conhecido mundialmente devido a sua importância para a navegação. Com recursos tecnológicos limitados, qualquer navegador que viesse de qualquer parte do mundo e que tivesse que entrar no Recife, tinha que ter nas suas anotações os “derroteiros” (anotações que eram anexadas aos mapas) com a indicação de entrada no porto. A partir disso se dá a importância na manutenção do monumento em seu local de origem e sua interação com o entorno, com a manutenção de sua função.

Não há registro de que exista no Brasil outro exemplar senão este deste tipo de sinalização para a navegação, diferentemente de boias e faróis, que podem ser encontrados em todo litoral. Afirma José Luiz da Mota Menezes que “ele é importante porque é um monumento náutico nacional que se torna internacional até pelo Recife ser área de primeiro toque dos barcos” (In ASSIS, 2012 p. 39).

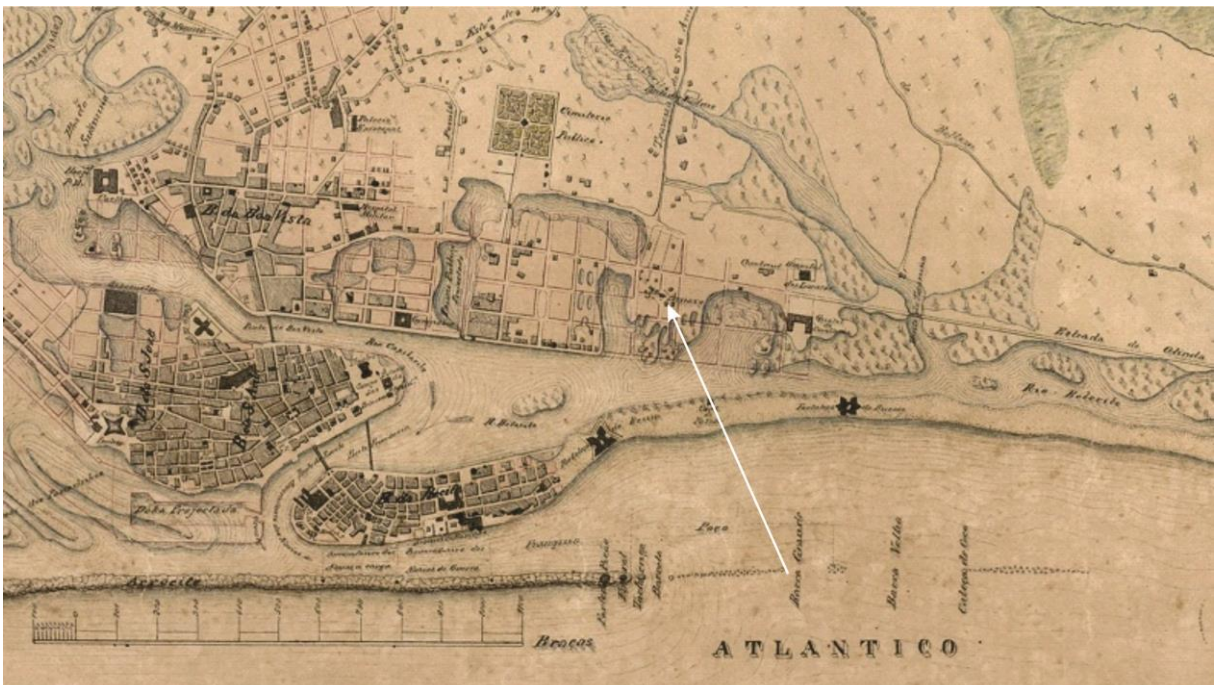


FIGURA 50: Detalhe da Planta das cidades do Recife, Olinda e seus arrabaldes, Lobo, Ildefonso Ilidio de Souza – Séc. XIX, com a indicação do alinhamento da boca da barra grande com a Cruz do Patrão e a Igreja de Santo Amaro das Salinas (adaptada pela autora).

FONTE: FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2006.

A sugestão dos historiadores é que o local se torne um ponto de atração turística, sendo necessário para isso, tornar fácil o acesso ao canal de entrada pelo rio Beberibe e a construção de um parque com pier para chegada por catamarãs.

b) Para a Cultura Afro-brasileira

O sentido da preservação do patrimônio para a comunidade afro-brasileira do Recife vai mais além do que simplesmente a preservação do patrimônio construído. A partir de entrevistas realizadas com representantes da comunidade²³ pode-se constatar a importância que a Cruz do Patrão representa para ela, como um marco religioso e da história afro-brasileira no Recife.

A comunidade afro-brasileira religiosa de Pernambuco instalou-se em 1875 no Recife no Terreiro Obá Ogunté, liderados por uma negra africana chamada Ifá Tinuké, também conhecida como Inês Joaquina da Costa, ou simplesmente Tia Inês. Posteriormente assumiu terreiro o Pai Adão, filho de Africanos de Lagos, Pai de Santo reconhecido como grande valor cultural de Pernambuco.

Em 1937, após a revolução, no Governo de Getúlio Vargas, foi ordenado o fechamento de todos os terreiros de Candomblé. Nesta época vários objetos dos terreiros foram saqueados e o material recolhido pela Secretaria de Segurança pública e enviado para o Museu do Ipiranga em São Paulo. Muitos terreiros com medo que os seus objetos fossem saqueados, enterraram estes nas praias e em áreas de mata até 1948 quando os terreiros foram reabertos. Um dos lugares que foram utilizados para o enterramento desses objetos foi a Cruz do Patrão, no lado onde hoje se localizam os armazéns.

²³ Foi realizada entrevista em 22 de setembro de 2012 com o Babalorixá Manoel do Nascimento Costa, conhecido como Manoel Papai, do Terreiro Obá Ogunté ou Sítio de Pai Adão, como é mais conhecido. O Babalorixá é o presidente da Associação de Terreiros na região e acumula mais de 800 terreiros.

Para a comunidade, a história da Cruz do Patrão tem a mesma complexidade da história do negro no Brasil, com a mesma discriminação e descaso. No local da Cruz eram enterrados os negros, escravos e todas as pessoas discriminadas que estavam mortas e também eram abandonados os que estavam doentes.

Em 2002, quando a Prefeitura da Cidade do Recife resolveu fazer a escavação arqueológica no local, a comunidade foi contra, mas diante da decisão da maioria pela realização das pesquisas, criou-se uma comissão para o acompanhamento, para o caso de aparecer algum objeto ou ossos, desta forma poderia ser dado um enterro digno a esses restos mortais. Essa comissão foi comandada pelo Babalorixá Manuel Papai, do Terreiro Obá Ogunté mais conhecido como Sítio de Pai Adão.

Para o início das escavações foi feita a evocação para os Eguns. Alí havia dois dos três elementos necessários, a água e a terra, faltando apenas as plantas. Para a religião, acredita-se que no local onde existem enterramentos, mesmo que simbólicos, deve ser feito esse ritual para a realização de qualquer trabalho na área. Durante as escavações não foi evidenciada nenhuma ossada que tivesse haver com a religião.

No entanto, o fato de não ter sido encontrado o cemitério, como sugeria a tradição oral, não gerou nenhuma diminuição da sua importância para a comunidade, que considera o local como um marco, “alí é um marco, marco do sofrimento e da história do negro, a distância onde está o cemitério não diz nada, porque ali era o porto, o local era aquele”, afirma Manoel Papai.

Para a comunidade seria de suma importância a abertura do local para visitação de um marco da comunidade afro-brasileira. Para isso poderia ser construído um memorial da história da comunidade e da religião afro-brasileira, além de serem instalados piers para uma das formas de acesso ao local, o qual serviria também de partida para o ritual religioso da Panela de Iemanjá.

A valorização da Cruz do Patrão poderia ser uma forma de política de combate ao racismo, buscando extinguir os resquícios de preconceito racial provenientes do período da escravidão (DINIZ, 2011).

4.2. RECOMENDAÇÕES PARA INTERVENÇÃO

Um dos motivos de se levantar a questão sobre a Cruz do Patrão é o desconhecimento da existência desse monumento por grande parte da sociedade que vive no Recife. Desconhecimento este causado provavelmente pela dificuldade de acesso aliado ao desinteresse pelo que ela representa e para quem ela tem valor, a comunidade afro-brasileira. Há na cidade outros monumentos degradados e abandonados, mas diferentemente deste, a população tem acesso e conhecimento da existência, tornando-se mais fácil a reivindicação pela manutenção e recuperação. Como se mostra um dos princípios da CI, o patrimônio é uma riqueza social e, portanto, de responsabilidade coletiva, e deve ser preservado uma vez que apresenta interesse histórico e cultural.

As recomendações apresentadas serão feitas sob eixos temáticos a nível de gestão, de projeto de intervenção (requalificação), de restauro do monumento e de preparação para o turismo.

Em relação à gestão, como qualquer outro patrimônio, existe o desafio de todo processo de intervenção, uma vez que há diversos atores envolvidos, relacionando de maneira diferente os valores culturais e econômicos. É necessário adaptar o sentido da preservação de cada um desses às necessidades de utilização da sociedade, e ainda às dificuldades próprias da gestão da cidade.

Sob a ótica da Conservação Integrada, não se pode deixar de levar em conta a participação popular, que neste caso, se faz representar em parte pela comunidade afro-brasileira, que também deve ter poderes no processo decisório juntamente com o poder público e com a comunidade científica, e também com a população em geral que tenha interesse pela melhoria da qualidade de vida da cidade e de seus espaços públicos.

Deve-se implantar um programa de educação patrimonial com a comunidade do entorno e a comunidade afro-brasileira, onde esta população possa conhecer a história do bem e ser sensibilizada quanto à sua preservação. Esta ação pode ainda ser estendida para as escolas da rede municipal e particulares da Região

Metropolitana do Recife, com a inclusão da história do monumento no conteúdo programático estudado, assim como no roteiro de visitas de aulas de campo no Bairro do Recife.

Para a elaboração de projetos, para que os princípios da CI sejam atendidos, é necessário que sejam feitas escolhas apropriadas das funções para a área histórica levando em conta a diversidade de valores culturais e econômicos.

Neste caso deve-se levar em conta tanto os aspectos materiais relevantes para os técnicos, como os aspectos imateriais de importância para a comunidade afro-brasileira aliando e atendendo as duas comunidades.

A partir dos conceitos vistos, pode-se considerar que o monumento em seu aspecto material pode se representar em si, enquanto que no seu aspecto imaterial tem a necessidade da manifestação do homem. Desta forma, para que possa ser percebido enquanto local religioso e de interesse cultural é necessário que este seja demonstrado como tal. A recomendação é que o local além de preservado, possa ser transformado em um memorial da cultura afro-brasileira, com referências desta e de sua história.

O que se pode observar a partir das entrevistas é que em ambos os casos existe a intensão e a necessidade da utilização do acesso feito pelo Rio Beberibe, com atracação de barcos no local.

Para que seja contemplado e reconhecido como monumento náutico, é importante que seja visto a partir do rio, ou do mar, como era feito nos tempos em que servia de alinhamento com a Igreja de Santo Amaro, não sendo esta forma mais possível devido às outras construções do porto, que também representam testemunho de sua época, e um patrimônio da cultura urbana. Para o arquiteto e urbanista José Luiz da Mota Menezes, poderia integrar um circuito fluvial turístico, incluindo o Paço Alfândega, a Cruz do Patrão e as ruínas do Forte do Buraco.

De fato poderia haver um roteiro náutico turístico que circundasse a ilha do Recife, como pode ser observado a seguir:

PROPOSTA DE ROTEIRO NÁUTICO PARA O BAIRRO DO RECIFE



LEGENDA:

01 - Marco Zero do Recife

02 - Fundações da antiga Ponte Giratória

03 - Paço Alfândega

04 - Ponte Buarque de Macedo no Rio Capibaribe

05 - Cruz do Patrão

06 - Ruínas do Forte do Buraco

07 - Ruínas do Forte do Picão

08 - Parque das Esculturas de Francisco Brennand

FIGURA 51: Exemplo de proposta para roteiro náutico para o Bairro do Recife.

FONTE: Google Earth adaptado e acervo da autora, 2012

Poderia ser feito um circuito partindo do Marco Zero, passando pela Ponte 12 de Março, ou Ponte Giratória, onde ainda existem as fundações da original, Paço Alfândega (com a opção de atracar a embarcação para embarque e desembarque de passageiros ou, seguir); Desse ponto seguiria pelo Rio Capibaribe passando pelas pontes Maurício de Nassau e Buarque de Macedo até o encontro com o Beberibe, por onde seguiria até a Cruz do Patrão. Nesse local novamente, haveria a opção de atracar a embarcação com embarque e desembarque de passageiros, seguindo para as ruínas do Forte do Buraco, com a mesma opção de parada. Na volta ao Marco Zero ainda seria possível visualizar as ruínas do Forte de São Francisco ou Forte do Picão, o parque de esculturas de Francisco Brennand e os armazéns do Porto do Recife.

Para a comunidade afro-brasileira, a água tem uma relação com a religião e os rituais. Um pier poderia servir de local para os barcos atracarem para tornar o local o ponto de partida para as panelas de lemanjá, um dos rituais mais importantes da cultura. Recomenda-se que sejam previstos piers para atracação de embarcações no local.



FIGURA 52: Exemplo de barco com oferendas para lemanjá (Panelas de lemanjá)
FONTE: HOMENAGENS, 2010.

O local poderia também servir de palco para manifestações musicais próprias da cultura como festivais de tocadores de terreiro com as batidas dos tambores sagrados, e que existe grande representação em nosso estado, principalmente na Região Metropolitana no Recife, como pode ser visto na época do Carnaval. Outra manifestação da cultura que poderia ser explorada seria a culinária, com a oportunidade de levar ao conhecimento do grande público a comida de terreiro, ou comidas de santo, origem de muitos dos pratos que fazem parte da culinária nordestina.



FIGURA 53: Ogans do Sítio de Pai Adão, tocando os Ilús.
FONTE: L'ODÒ, 2009.



FIGURA 54: Exemplo de comida feita por ialorixás e iabasses de terreiros do Estado
FONTE: ARAUJO, 2012.

Para que possa ser apropriada pela sociedade, é necessária uma preocupação especial também com os acessos de pedestres e de veículos além das embarcações. Para pedestres, já existe um recuo de 20 metros dos terrenos nas margens do Rio Beberibe e se recomenda a sua utilização com o devido cuidado da implantação da acessibilidade integral, sinalização e iluminação. Por este mesmo caminho também pode ser feito o acesso de ciclistas, com a implantação de uma ciclovia. Para veículos, o acesso deve ser feito pela rua Ascânio Peixoto, pelo acesso do Porto do Recife. Deve-se prever estacionamento para veículos de turismo, portadores de necessidades especiais, veículos em geral e bicicletas.

Recomenda-se também que sejam instaladas placas com a sinalização e indicação do monumento no local e no Bairro do Recife e de Santo Amaro.

Para que se possa fazer o reconhecimento do local e do monumento a partir de outros pontos da cidade, é necessária a instalação de iluminação especial de destaque em relação às outras edificações do porto no seu entorno, sendo possível a sua identificação a partir dos pontos próximos nos bairros do entorno, de Olinda e do mar.

Não se pode deixar de considerar a relação que o monumento tem com o lugar e o seu entorno, uma vez que este também se constitui um patrimônio, como conjunto ambiental de identidade do bairro.

Deve-se levar em conta a sustentabilidade do ambiente, para atender as necessidades presentes, sem comprometer a possibilidade do atendimento das necessidades de gerações futuras, com a elaboração de um projeto onde se busque a redução de gastos desnecessários com materiais e energia.

Também se recomenda que faça parte da elaboração do projeto, uma comissão da comunidade afro-brasileira que possa auxiliar no reconhecimento de referências da religião e da cultura, para que estas não sejam manipuladas cenograficamente com objetivos comerciais unicamente para o turismo. É necessário que a área seja utilizada pela comunidade, para a manifestação e difusão de sua cultura e religião e não de forma folclórica.

Por fim não se pode deixar de se observar o conjunto de normas existentes para as intervenções em áreas de monumentos históricos, para a acessibilidade integral e a própria legislação municipal para o Sítio Histórico do Bairro do Recife, especialmente no que tange ao Setor de Intervenção Controlada – SIC.

Em relação ao restauro do monumento, a maior preocupação é a preservação da autenticidade. Desta forma deve-se levar em conta as recomendações e diretrizes internacionais para intervenção em monumentos históricos, que constam das cartas patrimoniais sob as ideias de Cesare Brandi. e a utilização de mão de obra local e especializada nos processos de restauro. Recomenda-se que seja feito um diagnóstico do monumento por profissionais especializados para verificação da necessidade de manutenção e restauro e que qualquer obra de restauro que necessite ser feita, seja executada pelos jovens qualificados pelo Projeto Oficina de Restauro²⁴.

²⁴Desenvolvido pela Prefeitura do Recife através da Secretaria de Ciência e Tecnologia em parceria com o Centro de Trabalho e Cultura – CTC, formando jovens entre 18 e 24 anos como restauradores de bens imóveis históricos (PCR, 2005).

A recomendação é que não se dissocie o monumento do local em que ele está inserido, visto que decomposto e reconstituído em outro lugar torna-se falso.

Por fim, em relação ao turismo, também deve-se levar em conta que sua gestão deve ser feita de forma a aproveitar seus benefícios sem deixar que a sua valorização econômica danifique o patrimônio, nem que se torne uma área exclusivamente turística sem levar em conta as necessidades e desejos da população local. A área pode ser incluída no roteiro turístico religioso e étnico do Estado, uma vez que possa passe a ser o local da realização das panelas de lemanjá, e memória da cultura e da religião, em conjunto com os terreiros da cidade. O turista poderia participar da realidade da comunidade étnica, mostrando toda sua riqueza cultural singular.

A seguir apresenta-se um quadro com o resumo das recomendações em cada eixo.

QUADRO 2. Quadro resumo de recomendações

Eixos	Recomendações
Gestão	<ul style="list-style-type: none"> • Implantar um sistema de gestão compartilhada entre os três atores envolvidos: poder público, técnicos e comunidade afro-brasileira, para implantação do projeto; • Incentivar a participação popular no processo de discussão e nas tomadas de decisão; • Levar em conta as necessidades de utilização da sociedade; • Implantar um programa de educação patrimonial com a comunidade do entorno e a comunidade afro-brasileira, podendo ser expandida para as escolas da rede municipal e particulares da Região Metropolitana do Recife.
Projeto de intervenção	<ul style="list-style-type: none"> • Escolher funções apropriadas para a área histórica; • Implantar um memorial da cultura afro-brasileira; • Levar em conta na elaboração do projeto os aspectos materiais relevantes para os técnicos; • Prever que o monumento seja visto a partir do rio Beberibe; • Prever piers para atracação de embarcações no local; • Prever acesso de pedestres e ciclistas pelas margens do rio Beberibe e de veículos pela rua Ascânio Peixoto; • Instalar sinalização informativa indicativa no local e no Bairro do Recife; • Instalar iluminação especial de destaque para o monumento; • Levar em conta a sustentabilidade do ambiente com a redução de gastos desnecessários com materiais e energia; • Incentivar a participação da comunidade afro-brasileira, auxiliando no reconhecimento de referências da religião e da cultura; • Seguir as normas para intervenção na área e em áreas de monumentos históricos.
Restauração do monumento	<ul style="list-style-type: none"> • Preservar a autenticidade do monumento; • Realizar diagnóstico por técnicos especializados para a verificação da necessidade de manutenção ou restauro; • Não dissociar o monumento do local em que ele está inserido; • Utilizar mão de obra local e especializada nos processos de restauro executada pelos jovens qualificados pelo Projeto Oficina de Restauro.

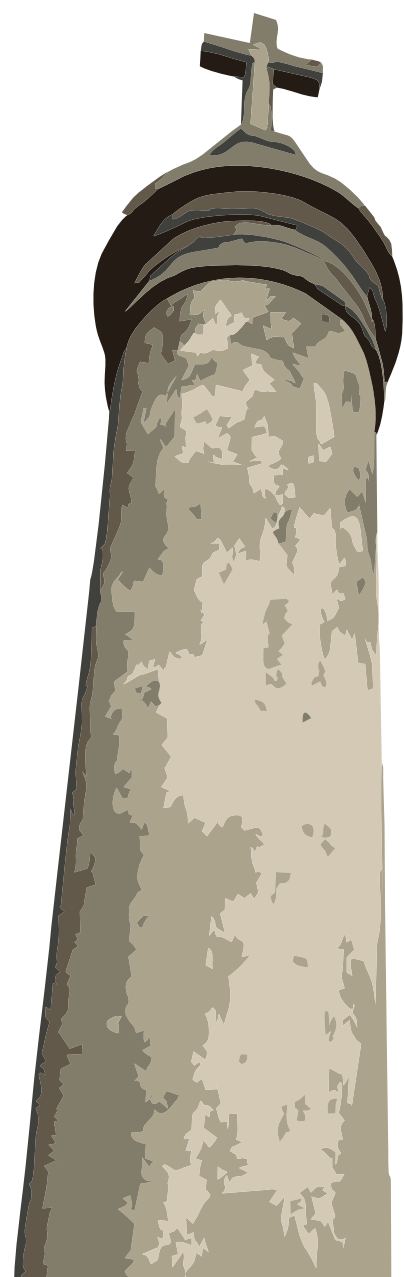
Turismo

- Integrar um circuito náutico turístico, incluindo o Marco Zero, as ruínas das fundações da antiga Ponte Giratória, o Paço Alfândega, a Cruz do Patrão e as ruínas do Forte do Buraco e do Forte do Picão;
- Incluir o monumento no roteiro turístico religioso e étnico do Estado;
- Criar mecanismos que evitem que unicamente a valorização econômica danifique o patrimônio;
- Desenvolver atividades para a comunidade a fim de que a área não se torne exclusivamente turística incluída no roteiro turístico religioso e étnico do Estado.

FONTE: Elaborado pela autora, 2012.

Acredita-se que seguindo essas recomendações apresentadas se cumpra com a intensão inicial de ter a área onde se encontra a Cruz do Patrão preparada para recepcionar o público em geral da cidade e os turistas. Desta forma será possível levar ao conhecimento de toda essa população a importância desse monumento, e a mesma será, então, capaz de apropriá-lo como um dos bens mais importantes para a história do Recife, tanto em relação a cultura material como imaterial.

Considerações finais



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a análise do sentido da preservação da Cruz do Patrão a partir dos olhares dos diversos atores, foi possível elaborar um conjunto de recomendações para intervenção na área de estudo.

Diante da proposta construída, entende-se que o atendimento às expectativas econômicas, políticas e sociais dependem de outros fatores importantes como os mecanismos de gestão.

Precisa-se estar atento para que ações como a que foi vista no caso da demolição do Armazém 10, que compunha um conjunto ambiental no Bairro do Recife, sob a prerrogativa de uma ação cultural, não se tornem práticas constantes do poder público, fazendo com que novamente prevaleçam os interesses econômicos em detrimento do valor cultural. Somando-se a isto as arbitrariedades cometidas pelos órgãos que deveriam proteger o patrimônio e não deixar-se levar por sofismas que levam à destruição destes.

Em relação à Cruz do Patrão, o que se observa é que esta está sob constante ameaça em razão desse mesmo pensamento imediatista e financeiro, visto que se encontra em local valorizado para armazenagem, dentro do Porto do Recife. Cabe aqui levantar a oportunidade em que se coloca a questão para que se dê continuidade a uma pesquisa em que se levante as questões financeiras que atuam sobre o monumento.

Como foi visto, é imprescindível para a manutenção de sua autenticidade e significância e, conseqüentemente, para a sua condição de patrimônio, que este se mantenha em seu local de origem. Além disso, que se cumpram as recomendações de restauro que se observam aqui sob os princípios das cartas patrimoniais e de Cesare Brandi, para restauração de monumentos.

Tem-se consciência da dificuldade do atendimento de interesses diversos de atores da sociedade. Mas este, é um dos desafios dos processos de gestão patrimonial, principalmente quando se pretende integrar as partes menos favorecidas da

sociedade com uma ligação direta ao bem. É preciso que se viabilize os projetos de forma que os valores para cada um possam coexistir de forma harmônica.

O trabalho evidencia a necessidade de se compreender a importância do patrimônio e da sua preservação a partir do atendimento às expectativas do conjunto de atores envolvidos e da integração do patrimônio na vida da cidade, alcançando um caráter sustentável com equilíbrio entre as dimensões econômicas, sociais, ambientais, políticas e culturais.

Referências



REFERÊNCIAS

ALVES, Cleide. A Cruz do patrão vai sair do anonimato e virar atração. **Jornal do Comercio**. Recife, 22 nov. 1998 Caderno Cidades p.4.

ARAUJO, Mateus. Mostra Culinária de Terreiro começa nesta sexta (25), no Recife. JConLine, Recife, 25 mai. 2012. Disponível em <<http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/suplementos/boa-mesa/noticia/2012/05/25/mostra-culinaria-de-terreiro-comeca-nesta-sexta-25-no-recife-43257.php>>. Acesso em 05 dez. 2012.

ARQUEÓLOGOS procuram cemitério. **Jornal do Comercio**. Recife, 09 abr. 2002 Caderno Cidades, p. 3.

ARRUDA, Phrygia. Rio de Janeiro RJ Brasil. **A paisagem como patrimônio cultural. Paisagens urbanas pós-modernas?** Minha Cidade, São Paulo, 08.085, Vitruvius, ago 2007. Disponível em <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/08.085/1919>>. Acesso em: 22 nov. 2010.

ASSIS, Luiza. A conquista da Memória. **Revista Algo Mais**, no. 79, Seção Capa, Recife, p. 34. Outubro, 2012
BELFORT, Angêla fernanda. Nova Vida para o Porto do Recife. **Jornal do Comercio**. Recife, 16 jan. 2011. Disponível em <<http://pedesenvolvimento.com/2011/01/16/nova-vida-para-o-porto-do-recife/>>. Acesso em: 12 set. 2012.

BRANDI, Cesare. **Teoria da Restauração**. Cotia: Ateliê Editorial, 2004.

BRASIL, Ministério da Cidades. **Manual de Reabilitação de áreas urbanas centrais**. Brasília: Ministério das Cidades/Agência Espanhola de Cooperação Internacional – AECI, 2008.

BRASIL, Ministério da Cidades, et al. **Projeto Urbanístico Recife-Olinda**. Recife: 2006.

BRENDLE, Maria de Betânia Uchôa Cavalcanti; VIEIRA, Natália Miranda. **Cais do Sertão Luiz Gonzaga no Porto Novo do Recife. Destruição travestida em ação de conservação**. Arquitectos, São Paulo, 13.150, Vitruvius, nov. 2012

<<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/13.150/4460>> Acesso em: 20 nov. 2012.

CAIXA. Programa Habitar Brasil. Disponível em <http://www1.caixa.gov.br/gov/gov_social/municipal/programas_habitacao/habitar_brasil_bid/index.asp>. Acesso em: 15 nov. 2012.

CARDOZO, Poliana Fabíula. Considerações preliminares sobre produto turístico étnico. **Pasos Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, Vol.4 no. 2, p. 143-152. 2006. Disponível em <<http://www.pasosonline.org>> Acesso em: 19 set. 2012.

CARTAS Patrimoniais da Unesco. **Carta de Atenas**. Atenas 1931. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br>>. Acesso em: 14 set. 2012.

_____. **Carta de Veneza**. Veneza. 1964. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br>>. Acesso em: 14 set. 2012.

_____. **Carta de Waschingon**. Waschingon. 1964. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br>>. Acesso em: 14 set. 2012.

_____. **Declaração de Amsterdã**. Amsterdã 1975. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br>>. Acesso em: 14 set. 2012.

_____. **Declaração do México**. México 1985. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br>>. Acesso em: 14 set. 2012.

_____. **Manifesto de Amsterdã**. Amsterdã 1975. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br>>. Acesso em: 14 set. 2012.

_____. **Recomendação de Estocolmo**. Estocolmo. 1972. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br>>. Acesso em: 14 set. 2012.

_____. **Recomendação de Nairóbi**. Nairóbi. 1975. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br>>. Acesso em: 14 set. 2012.

_____. **Recomendação de Paris**. Paris. 1972. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br>>. Acesso em: 14 set. 2012.

CATARINO, Acácio José Lopes. **Marcos velados na vila colonial: a Cruz do Padrão do Recife**. Artigo apresentado no Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades. Faculdade de ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Portugal, 31 de outubro a 3 de novembro de 2005. Disponível em <http://cvc.instituto-camoes.pt/eaar/coloquio/comunicacoes/acacio_lopes_catarino.pdf> Acesso em: 17 nov. 2010.

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS DA CONSERVAÇÃO INTEGRADA - CECI. **Plano de Gestão da Conservação Urbana: Conceitos e Métodos**. Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, 2012.

CESÁRIO, Marília Ferreira Paes. **Um estudo da viabilidade do uso turístico do Rio Capibaribe no Recife**. Recife: 2006.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Unesp, 2006.

DINIZ, Marcelo Augusto Serra. Movimento Negro opõe-se à mudança da Cruz do Patrão no Porto do Recife. JCOOnline, Blog do Jamildo. Recife, 23 dez. 2011. Disponível em <http://jc3.uol.com.br/blogs/blogjamildo/canais/noticias/2011/12/2...opoes_a_mudanca_da_cruz_do_patrao_no_porto_do_recife_121466.php>. Acesso em: 10 set. 2012.

DOLORES, Ana Cláudia. Cruz do Patrão pode ser tombada. **Diário de Pernambuco**. Recife, 04 ago. 2012. Caderno Vida Urbana, p. C3.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda, **Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FREYRE, Gilberto. **Guia prático, histórico e sentimental da cidade do Recife**. São Paulo: Global, 2007.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. Biblioteca Nacional Digital Brasil. Mapas. Rio de Janeiro, 2006. Base de Dados. Disponível em <[http://bndigital.bn.br/scripts/odwp032k.dll?t=nav&pr=fbn_dig_pr&db=fbn_dig&use=sh&rn=1&disp=list&sort=off&ss=22424007&arg=pernambuco%20\(brazil\)](http://bndigital.bn.br/scripts/odwp032k.dll?t=nav&pr=fbn_dig_pr&db=fbn_dig&use=sh&rn=1&disp=list&sort=off&ss=22424007&arg=pernambuco%20(brazil))>. Acesso em 05 dez. 2012.

FUNDARPE. O que é patrimônio Cultural. Disponível em <<http://www.cultura.pe.gov.br/patrimonio.html>>. Acesso em: 09 nov. 2012.

GRUPO acompanhará prospecções. Diário de Pernambuco. Recife 24 ago. 2004. Caderno Vida Urbana. Disponível em <http://www.old.pernambuco.com/diario/2004/08/24/urbana9_0.html>. Acesso em: 10 set. 2012.

HOMENAGENS a Iemanjá começaram cedo nesta terça-feira em Salvador. O Globo. São Paulo, 02 fev. 2010. Disponível em <<http://oglobo.globo.com/pais/homenagens-iemanja-comecaram-cedo-nesta-terca-feira-em-salvador-3059115>>. Acesso em: 05 dez. 2012.

IPHAN, Obra-Escola Igreja nossa Senhora do Pilar, Recife: IPHAN, 2009.

IPHAN. Patrimônio material. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=12297&retorno=paginalphan>>. Acesso em: 09 nov. 2012.

KÖECHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa**. Petrópolis: Vozes, 2010.

LAKATOS, Maria Eva. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2010.

LIMA, Genival Costa de Barros. Cruz do Patrão. Disponível em <<http://barroslima.com/?p=191>>. Acesso em: 18 nov. 2010.

L'ODÒ, Alexandre L'Omi. XII alexandre Xirê, em Pernambuco, capital do Xangô! Alexandre L'Omi L'Odó, Discussões Negras e Indígenas. Recife, 18 nov. 2009. Disponível em <alexandrelomilodo.blogspot.com.br/2009/11/xii-alaiande-xire-em-pernambuco-capital.html>. Acesso em: 18 nov. 2012

MELO, Jamildo. Secretaria de Turismo vai investir R\$ 27 milhões na revitalização de patrimônios do Estado. JCOOnline, Blog do Jamildo. Recife, 18 jun. 2009. Disponível em <<http://jc3.uol.com.br/blogs/blogjamildo/mes.php?pag=35&mes=06&ano=2009>>. Acesso em: 17 nov. 2010

MENEZES, José Luiz Mota. **Atlas Histórico Cartográfico do Recife**. Recife: PCR, Massangana, 1988.

_____. **Atlas Arqueológico do Recife. Módulo 1 - Edifícios Demolidos e Remodelados** – Recife, 2002.

MONUMENTA. O que é? Disponível em: <http://www.monumenta.gov.br/site/?page_id=164>. Acesso em: 09 nov. 2012.

MONUMENTO da Cruz do Patrão vai ganhar espaço cultural. Recife, 09 mai. 2007. Disponível em <<http://gwm2pub1.fishy.com.br/noticias/cidades/turismo/2007/0...ICIAS,766-MONUMENTO-CRUZ-PATRAO-GANHAR-ESPACO-CULTURAL.aspx>>. Acesso em: 12 set. 2012.

NAVIO-BAR vai dar vida à Cruz do Patrão. **Jornal do Commercio**. Recife, 08 out. 1999. Caderno Cidades p. 6.

NERY, N. S.; CASTILHO, C. J. M. de. **A comunidade do Pilar e a revitalização do bairro do Recife: possibilidades de inclusão socioespacial dos moradores ou gentrificação**. *Humanae*, v.1, n.2, p.19-36, Dez 2008.

PASSOS, Tânia. Porto do Recife começa a mudar. **Diário de Pernambuco**. Recife, 21 jul. 2018. Caderno Vida Urbana, p. C1.

PCR. Cruz do Patrão: Diagnóstico e Procedimento para Intervenção. Recife: PCR.EMPLURB.DPOC Divisão de Recuperação de Monumentos, 2002.

_____. Projeto Oficina de Restauo recebe visita de técnicos da FGV, 11 ago. 2005. Disponível em <<http://noticias.recife.pe.gov.br/index.php?GrupoCodigo=15&UltAnt=17495&DatAnt=11/08/2005&GrupoCodigoMateria=15>>. Acesso em: 18 nov. 2010.

_____. Recife requalifica monumento da cultura afro. Recife, 19 ago. 2009. Disponível em <http://www.recife.pe.gov.br/2009/08/19/recife_requalifica_monumento_da_cultura_afro_168138.php>. Acesso em: 18 nov. 2010.

PONTUAL, Virgínia et al. **Desafios à interface da interpretação com conservação do patrimônio cultural: o caso do istmo de Olinda e Recife - Brasil**. Olinda: Centro de Estudos da Conservação Integrada, 2007.

PROMETRÓPOLE. O programa Prometópole. Disponível em <<http://www2.prometropole.pe.gov.br/web/prometropole/o-programa>>. Acesso em: 15 nov. 2012.

RAMOS, A. C. P. T.. **Além dos mortos da Cruz do Patrão - simbolismo e tradição no uso do espaço no Recife**. CLIO. Série Arqueológica (UFPE), v. 2, p. 1-12, 2008.

_____. **Práticas de Atuação na Preservação de Bens Culturais**. CLIO. Série Arqueológica (UFPE), v. 21, p. 285-298, 2006.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial**. 1. ed. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial, 2001

SETTE, Mario. Arruar: **História Pitoresca do Recife Antigo**. Rio de Janeiro: CEB, 1948.

SILVA, Aline de Figueirôa. **Proposta de delimitação do polígono de entorno dos bens tombados no Bairro do Recife e sugestão de ampliação do polígono de tombamento do conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico do antigo bairro do Recife, na cidade do Recife-PE**. Trabalho final referente à participação na 1ª turma do PEP (Programa de especialização em patrimônio IPHAN/UNESCO). Recife, 2006.

SILVA, Leonardo Dantas. **Pernambuco: Imagens da Vida e História**. Recife: SESC, 2001.

_____. **A Cruz do Patrão***. Disponível em <<http://www.luizberto.com/esquina-leonardo-dantas-silva/a-cruz-do-patrao-2>>. Acesso em: 10 nov. 2012

_____. **A Cruz do Patrão**. Disponível em <<http://www.luizberto.com/esquina-leonardo-dantas-silva/a-cruz-do-patrao>>. Acesso em: 10 nov. 2012

SILVA, Luiz Eduardo. PCR vai resgatar a Cruz do Patrão. **Folha de Pernambuco**, Recife, 09 abr. 2002. p. 2.

UNESCO. Patrimônio cultural no Brasil. Disponível em <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/cultural-heritage/>>. Acessado em: 09 nov. 2012.

VIEIRA, Natália Miranda. **Gestão de sítios históricos: A transformação dos valores culturais e econômicos em programas de revitalização em áreas históricas**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008.

VIEIRA, Natália Miranda, et al. **PODER LOCAL E PROPRIETÁRIOS: disputas pela (não) preservação do Patrimônio**. ARQUIMEMÓRIA 3o Encontro Nacional de Arquitetos sobre Preservação do Patrimônio Edificado, Trabalho Completo. Salvador: UFBA, 2008

ZANCHETI, Sílvio; MARINHO, Geraldo; LACERDA, Norma. **Revitalização do Bairro do Recife: Plano, Regulação e Avaliação**. Recife: UFPE, 1998.

ZOLINI, Gustavo Pimenta de Pádua. **A inflexão do conceito gentrificação em conjuntos urbanos patrimoniais em cidades de pequeno porte: os casos mineiros de São Thomé das Letras e Tiradentes**. Dissertação de Mestrado do Curso de Mestrado da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

Apêndices



APÊNDICES

Entrevista²⁵

Entrevista em 22/09/12

Babalorixá Manoel Papai – Manoel do Nascimento Costa

Terreiro Obá Ogunté – Sítio de Pai Adão

Preside a associação de terreiros na região e acumula mais de 800 terreiros.

**Qual a importância da Cruz do Patrão para a comunidade Afro-brasileira de Recife?
Como a comunidade vê hoje, a situação de abandono do monumento?**

A comunidade negra religiosa de Pernambuco instalou-se no Sítio de Pai Adão, por uma negra africana chamada, em 1875, depois assumiu o Pai Adão, filho de Africanos de Lagos, Pai de Santo reconhecido como grande valor cultural de Pernambuco. Em 1937 o governo mandou fechar todos os terreiros de Candomblé. Nesta época alguns materiais dos terreiros foram saqueados e o material recolhido pela Secretaria de Segurança Pública para o Museu do Ipiranga em São Paulo. Muitos terreiros com medo que os objetos fossem saqueados enterraram seus objetos nas praias, nas matas. Em 1948 os terreiros foram reabertos.

Um dos lugares que foram utilizados para o enterramento desses objetos foi a Cruz do Patrão, no lado dos armazéns e não no local das escavações. Para acompanhar as escavações foi criada uma comissão para no caso de aparecer algum objeto ou osso, esses pudessem ter um enterro digno.

A história da Cruz do Patrão é complexa, como a história do negro é complexa, mas é símbolo de paz e de inclusão no Brasil. No local da Cruz era um porto, se enterrava quem estava morto, mas também eram abandonados os que estavam doentes, com todo um drama, não só negros, eram todos os escravos ou discriminados. Há 10 anos o Prefeito resolveu abrir o local (escavar) e parte da

²⁵ Respostas a partir da gravação feita em meio digital.

comunidade negra foi contra, dizendo que o estava enterrado eram pessoas e não animais e a comunidade exigiu que fosse criada uma comissão para acompanhar a escavação. Essa comissão foi comandada pelo próprio Manoel Papai, que chamou Ivo do Xambá (Babalorixá do Terreiro Santa Bárbara da Nação Xambá) e José Amaro (Babalorixá do Terreiro Obá Okosô). Não Foi encontrado nada, nenhum osso que tivesse haver com a religião. Partiu-se para a história e José Luiz (da Mota Mesezes) indicou que o local do cemitério era na Alfredo Lisboa. Para o início das escavações foi feita a evocação para os Eguns (espíritos). Alí havia dois dos três elementos necessários, a água e a terra, faltando apenas as plantas. Havia um projeto de um memorial no local.

Fala-se que são feitos rituais no local, hoje em menor quantidade do que antes, devido à questão de segurança. Quais os rituais que são feitos, e qual a importância dessa continuidade. Se o local fosse tratado adequadamente ele seria mais utilizado?

Quanto a utilização do local nos dias de hoje, para rituais ele não conhece e não acredita que exista, embora já tenha existido. Inclusive hoje é proibido fazer qualquer tipo de ritual no local, a não ser orações, qualquer outra coisa seria um contrassenso nos dias de hoje. Sabe que algumas vezes, o Sr. Luiz do Maracatu, levou ebó (oferendas) lá, mas hoje não se deve colocar.

Como foi observado em entrevistas o senhor já participou de alguns encontros e discussões sobre projetos para a área. Sabemos que nenhum desses projetos nunca saíram de fato do papel. A que o senhor atribui este fato, já que nesse mesmo tempo, tantos outros para outros locais saíram?

Em relação ao abandono e a nunca nenhum projeto ter saído do papel, acredita que é porque é “coisa de negro”, no local “está rotulado, carimbado: negro” então não tem valor...

Durante as escavações arqueológicas não se verificou vestígios de cemitério, mas foi constatado que ali desde o século XIX eram realizadas práticas religiosas, o que caracteriza o local como monumento histórico. Para a comunidade a notícia de que não havia o cemitério, levou a uma diminuição da importância do local?

Em relação às escavações o fato de não terem sido encontrado o cemitério, não houve nenhuma diminuição de sua importância para a comunidade. “alí é um marco,

marco do sofrimento e da história do negro” a distância onde está o cemitério não diz nada, porque ali era o porto, o local era aquele.

Seria interessante que o local fosse um ponto com muita movimentação turística, ou isso atrapalharia a utilização do espaço pela comunidade, para rituais e cultos?

É de suma importância que as autoridades abrissem o local para visitação para que se pudesse mostrar o marco da vergonha, o marco do sofrimento. Marco do sofrimento na época e da vergonha hoje por não se valorizar, porque o racismo está ali, estampado.

O senhor acha importante a questão do local ser explorado economicamente? Com os recursos destinados a quê? No caso de um projeto onde caiba a exploração econômica, quem poderia melhor explorar e com quem ficaria a cargo a gestão?

Para que se tenha no local um ponto de referência é preciso que esta seja feito por pessoas que conhecem a religião, o objetivo é resgate, para que as pessoas conheçam é algo para que as pessoas conheçam a história dos negros e daquele local. Ele sugeriu que fosse criada uma comissão, com o apoio das autoridades para que se pudesse trabalhar um dia na semana abrindo as portas, e lá tivessem grupos preparados para trabalhar a religião de forma correta, não folclórica, e este seria um local de como local de divulgação da religião, não de rituais nem encenações.

Diante disso tudo, como o senhor acha que seria melhor aproveitado o espaço no local, para que se valorize as religiões afro-brasileiras e as mostre a comunidade em geral, e ao mesmo tempo este local seja aproveitado para a comunidade afrodescendente? Em uma das entrevistas o senhor disse que já havia entregue à prefeitura a mais de dez anos um projeto para o local. O que ele previa?

Foi feita uma proposta, enquanto casa mais antiga, de que poderia assumir juntamente com a prefeitura um Centro Cultural de Referência de Pernambuco. Existe uma maquete do memorial na prefeitura. A proposta que se fez é de um memorial com um local para os barcos atracarem para tornar o local o ponto de partida para as panelas de lemanjá. Explicou que panelas não podem ser colocadas diretamente na água, e sim colocadas em barcos e levadas para o mar. É um ritual profundo com

valor mais que material. No projeto apresentado a ele pelo Prefeito João da Costa, inclusive como pronto e orçado, não havia local para atracar embarcações.